

124ª SESSÃO ORDINÁRIA 16DEZ2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 69ª a 85ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Sr. Alberto Kopittke (Questão de Ordem.): Presidente Brum, trago uma questão, pedindo a análise da Mesa Diretora. Agora, ao meio-dia, numa audiência pública que ocorria na Assembleia Legislativa, nós tivemos uma situação muito grave, uma intervenção da Brigada Militar contra o Movimento Social. A Ver.^a Fernanda Melchionna foi agredida de forma violenta pela Brigada Militar e se encontra no HPS. Eu acho que esta Casa tem que tomar providências imediatas, porque um membro desta Casa foi agredido. Aliás, esta onda de vários relatos de uso abusivo da força por parte da Brigada Militar que temos recebido agora chega num Vereador desta Casa, o que é algo inadmissível. Temos que tomar pé da situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Perfeito, vamos levar ao conhecimento da Presidência.

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, nós queremos nos deslocar para dar solidariedade e verificar o que a Ver.^a Fernanda está passando e tomar as providências, mas compreendemos que, no caso, eu sou Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher nesta Casa. O nosso grupo de mulheres e outros Vereadores deveriam estar presentes. Eu gostaria que V. Exa. chamasse o conjunto dos Líderes para que pudéssemos construir uma alternativa e um encaminhamento. É uma sugestão, porque não podemos também ser impedidos de participar das decisões desta Casa neste momento, já que temos votações importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Estamos aguardando a chegada do nosso Presidente.

A Sra. Jussara Cony: Eu gostaria, em nome do PCdoB, também, antes de mais nada, de prestar solidariedade à Ver.^a Fernanda. Eu estive lá, Sr. Presidente. Eu me desloquei desta Sessão, fiz uma intervenção. Ficaram lá representando a Câmara – e até porque são Presidentes de Comissões – o Ver. Comassetto e a Ver.^a Fernanda. No momento em que fiz a minha intervenção, eu fiz uma colocação absolutamente concreta, de que se as gestões, sejam elas em que níveis forem, não têm condições de garantir políticas públicas, como por exemplo a política habitacional, nós não concordaríamos em nenhum momento com o que estava se demonstrando que iria acontecer e já tem acontecido, porque o Governo do Estado, ao não dar solução encaminhasse como solução o que acabou ocorrendo na Assembleia Legislativa. Então, acho que nós, como Câmara Municipal, temos que nos manifestar, não só porque foi a nossa Vereadora Fernanda a atingida, mas porque foram atingidos também vários participantes dos movimentos sociais e de entidades representativas no Município de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul.

A Sra. Lourdes Sprenger: Quero fazer um registro, Sr. Presidente. Já não é a primeira vez que isso acontece aqui na Casa, já aconteceu mesmo antes de eu estar aqui como Vereadora. Seria importante que um colega que tenha formação em Direito acompanhasse essa situação, para evitar de nós interrompermos os trabalhos. Também eu lamento muito o que ocorreu, porque, no ativismo, a gente está sujeito a isso.

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, quero fazer um registro que venho fazendo há algum tempo aqui nesta Casa, desde o problema dos servidores municipais e vem acontecendo com essas desocupações: a irresponsabilidade do Judiciário, que vem jogando temas para esta Casa. São temas importantes para a cidade de Porto Alegre que o Judiciário, como Pilatos, lava as suas mãos e joga para esta Casa. Este é mais um tema muito grave com relação ao Judiciário. Esta Casa sempre trata com pressa temas como este, e os problemas sempre acabam nesta Casa. O Judiciário, neste final de ano, está fazendo centenas de desocupações em Porto Alegre, desocupações sem nexos, de áreas onde as pessoas estão há muito tempo e largam no colo da Prefeitura para que a

Câmara de Vereadores resolva. E agora temos esses casos de agressão que vêm ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos os que nos assistem, venho aqui por um motivo muito forte: ex-jogador que fui, sei o que o esporte foi bom, o que o esporte me deu. Não é questão de dinheiro, de imóvel, mas me deu uma coisa muito importante: disciplina, companheirismo. Isso me trouxe muita coisa e, hoje, estou aqui lutando por essa classe, a nossa classe. Aqui está! (Mostra jornal.) Eles querem mudar. Tem a assinatura do Tite, do Luciano Huck, do Zico, do Rogério Ceni; o Alex está comandando,0 com o Raí, Jô Soares, Faustão, Wagner Moura. A CBF está convocando eleição para Vice-Presidente! Eu não tinha visto isso na minha vida ainda. Gente, o esporte que nós tanto amamos e principalmente o futebol, que é a segunda paixão do povo brasileiro – e nós agora estamos de recesso no futebol. A gente liga a televisão e não tem nada, só o Sub20, nós catamos jogos para ver na televisão. Nós, ex-atletas, muitos, estamos evitando que chegue essa corrupção. No futebol, não! A gente sabe que no futebol tem política, mas não vamos deixar essa corrupção chegar. A corrupção é manobra de pessoas que desejam se perpetuar no poder. Estão acabando com o futebol brasileiro, infelizmente, essa é a realidade. Acontece nesta quarta-feira eleição para Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol! O único candidato no cargo que conta com o apoio dos clubes do Sudeste do País é um aliado do Presidente Marcos Polo Del Nero. O homem que atualmente comanda a CBF foi indiciado pelo FBI no escândalo que acabou com a prisão de grandes dirigentes do futebol mundial, incluindo o ex-mandatário da entidade, José Maria Marin. Marcos Polo pediu licença da função de Presidente para cuidar da defesa das acusações. Essa eleição da CBF é uma manobra dele, para evitar que seu desafeto Delfim de Pádua Peixoto Filho assuma a presidência da CBF. De acordo com o estatuto da CBF, o Coronel Nunes, que hoje é Presidente da Federação Paranaense de Futebol, assumiria a presidência da CBF no caso de Marco Polo Del Nero seja preso ou forçado a renunciar ao cargo; isso porque é mais velho que seu desafeto atual da Diretoria. Bom, gente, eu

gostaria de falar mais, mas só temos cinco minutos, o tempo é curto, mas terei meu tempo em Grande Expediente para falar um pouco mais disso.

Eu, ex-atleta, me manifesto aqui total apoio às reivindicações do grupo Bom Senso FC, que está tentando sensibilizar a opinião pública em torno das principais bandeiras para o início de uma profunda reforma no esporte, e, principalmente, no futebol brasileiro. Aqui está apoiando o Bom Senso. (Mostra jornal.) Isso é importante para que a gente tenha o nosso futebol; o futebol que nos traz sonhos, que dá esperança às crianças; o futebol que nos deixa, sábado e domingo e quarta-feira à noite, sentar à frente de uma televisão e ver maravilhosas partidas de futebol. Não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

A Sra. Jussara Cony: Sr. Presidente, pelo fato ocorrido com a Ver.^a Fernanda Melchionna, há indicação de que a Ver.^a Sofia Cavedon, como Procuradora, e eu como membro da Mesa, possamos nos deslocar ao Palácio da Polícia para levar a nossa solidariedade e voltar para cá e cumprirmos nossas obrigações. Precisamos de deslocamento até lá, o mais rápido que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Sim, Vereadora. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, há muito tempo eu venho falando desta tribuna de algo que esta Casa, sua Procuradoria, sua Comissão de Constituição e Justiça, sua Comissão de Direitos Humanos e todos os seus membros têm que se ater e têm que tomar alguma medida: pedir uma reunião com o Presidente que assumiu agora o Tribunal de Justiça, pedir uma reunião com o coordenador do Ministério Público. Nós temos que nos ater a fatos que ocorrem nesta Cidade e que terminam desembocando nesta Casa e trazendo responsabilidades que não são nossas, mas que acabam aqui nesta Casa.

Nós tivemos alguns casos que vieram a esta Casa, esta Casa fez o seu papel exigido, democraticamente, seus 36 membros discutiram, debateram, encaminharam, propuseram e principalmente, num Estado Democrático, votaram. Na questão do transporte, houve uma ingerência de um outro Poder nesta Casa; com relação aos funcionários públicos, nós votamos a questão do efeito cascata, cuja solução foi construída por esta Casa, pelo Governo, pelos Vereadores, pela Presidência da Casa, pela oposição, pela situação, por um grupo de trabalho – durante a greve dos servidores –, por Comissões. E, depois da greve dos servidores, esta Casa sempre participou, discutiu e criou um projeto, junto com o Executivo e junto com vários membros desta Casa, e se criou a solução para o efeito cascata. Os servidores aceitaram, o Executivo aceitou, foi construída a centenas de mãos e esta Casa aprovou por unanimidade essa solução para o efeito cascata. Pasmem que um ator que não quis estar presente na Mesa entrou na Justiça e ganhou, Ver.^a Jussara Cony, suspendendo a lei desta Casa que resolve o efeito cascata.

Aí, nós construímos a lei dos auditores fiscais nesta Casa – o Governo, Vereadores, os auditores fiscais, construímos –, galerias lotadas, fomos vaiados, aplaudidos, cartazes na rua, isso e aquilo, se votou e se aprovou, e também teve o mesmo final.

Nós estamos na CUTHAB, eu, o Delegado Cleiton, a Ver.^a Séfora e o Ver. Cassio Trogildo em primeiro mandato, e lá chegando, vimos várias questões de ocupações, questões fundiárias em Porto Alegre, e essas duas questões que estão discutindo hoje, a Fazendinha e a São Francisco, já existiam na CUTHAB, já estavam lá há dois anos. Aquela é uma área que um grileiro tomou para si, um cidadão conhecidamente grileiro tomou para si, um cidadão que registrou essa área de uma pessoa que já tinha falecido, com data errada, que tem um cartório em Alvorada, e o Delegado Cleiton, com todo o seu conhecimento policial, provou e comprovou isso.

E aí, no final do ano, de uma hora para outra, sem chamar as partes, sem ouvir as partes, sem ver os documentos lá anexados, o Judiciário simplesmente desconhece o fato nessa época de final de ano; o Judiciário que, durante todo o ano, não fez nada, resolve desalojar as famílias, criando um clima para a cidade de Porto Alegre, criando uma responsabilidade para o Município de Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...um Judiciário que recebe auxílio-moradia, um Judiciário que recebe *ticket* restaurante, um Judiciário que não se preocupa com a realidade da vida do povo, um Judiciário que

não faz um sacrifício por este Rio Grande do Sul nem pelo seu povo, que não é capaz de chamar a Prefeitura, o Governo do Estado e a União para resolver a questão dessas famílias que já estão lá há mais de cinco anos numa área de um grileiro, simplesmente manda usar a força bruta! Eu acho que chega de trazer problemas para esta Câmara de Vereadores, principalmente problemas que são ocasionados por outro Poder, principalmente pelo Poder Judiciário. O Poder Judiciário, novamente falo, não pode dar uma de Pôncio Pilatos, simplesmente lavar suas mãos e trazer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Exmo. Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, em especial o Ver. Paulo Brum, nosso Vice-Presidente, quero também cumprimentar o público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, em especial a delegação de procuradores do Município, que atentamente vem acompanhar importante votação programada para hoje à tarde. Hoje, eu quero falar de um tema específico, na realidade, quero fazer um apelo ao nosso Prefeito Fortunati, ao nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo e ao Secretário Cappellari. Ontem estivemos reunidos no Conselho do Esporte Club Internacional, e mais uma vez veio a polêmica das paradas de ônibus. Nós temos quatro paradas de ônibus na Av. Padre Cacique, e ontem passei pela Av. Osvaldo Aranha, e as paradas de ônibus são verdes; as paradas de ônibus da 3ª Perimetral são cinzas, prateadas, enfim. Por que as paradas de ônibus na frente do Beira-Rio têm que ser azuis? Por favor, quero fazer um apelo aqui em nome do Conselho do Esporte Club Internacional, estou protocolando uma indicação que autoriza a pintura das paradas de ônibus azuis em torno do estádio Beira-Rio para a cor vermelha ou, no mínimo, branca. Não é possível dizer que obrigatoriamente as paradas em frente ao estádio Beira-Rio têm que ser azuis. Então, por favor, quero fazer esse apelo, porque não há justificativa, Ver. Nedel. Estou fazendo esse encaminhamento de indicação porque tenho certeza de que o nosso Prefeito tem sensibilidade, assim como nosso Vice-Prefeito, que é colorado. Faço esta aqui esta manifestação em nome do

Conselho do Inter, com todo o respeito que temos pela questão do mobiliário urbano, sabemos da sua importância. Enfim, venho a esta tribuna para fazer esta manifestação, nem vou usar todo o meu tempo, porque sei que hoje a nossa tarde vai ser longa, de muito trabalho e temos uma pauta e uma agenda apertada até segunda-feira para vencer. Mas fica o registro e o encaminhamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, 2015, estamos nos aproximando do final do ano. Na semana que vem encerra o ano legislativo e este Parlamento entra no recesso. Na semana que vem temos o Natal e logo depois os festejos do Ano-Novo, mas a cidade de Porto Alegre não pode encerrar o ano com a situação de calamidade que está apresentando e da forma como está tratando a sua cidadania. Eu me refiro ao caos e ao conflito do setor habitacional da cidade de Porto Alegre. Ontem, na CUTHAB, tivemos duas audiências públicas: pela manhã, das ocupações; pela tarde, do projeto da Tronco; e hoje, pela manhã, na Assembleia Legislativa, outra grande audiência das ocupações. Porto Alegre, neste momento, tem 750 vilas irregulares, as pessoas que lá moram não têm direito a endereço e à cidadania. Porto Alegre tem, neste momento, 50 comunidades com ação de reintegração de posse, e a Prefeitura de Porto Alegre não tem nenhuma proposta de acolhimento para essas famílias. Porto Alegre está sofrendo, a cada semana, uma ação de despejo. Na semana passada, a Ver.^a Jussara Cony, nossa Líder, foi lá na Hípica – 240 famílias; ontem, foi lá no eixo da Baltazar – 340 famílias, isso significa, nada mais, nada menos, do que 3 a 4 mil pessoas – crianças, idosos, pessoas com deficiência, famílias. As máquinas entram lá e passam por cima das geladeiras, dos fogões, dos berços, das camas, das fotos, da esperança daqueles de quem se diz que, na véspera de Natal, temos que ter fraternidade.

Será votado um projeto da Procuradoria aqui, agora. Eu quero saber por que a Procuradoria, semana passada, mandou uma decisão que a comunidade que estava sendo despejada da Hípica não poderia ir para a área que eles compraram, da qual o

Governo mandou projeto para cá para ser Área Especial de Interesse Social, e resultou na prisão do líder, que dizia: “Está aqui o contrato. Nós compramos.” Que Procuradoria é essa que nós temos que não defende a população de Porto Alegre? Eu quero que seja respondido isso aqui. Se é para ter benefício para os procuradores, eles têm que estar a serviço da população de Porto Alegre – nossa Líder da Procuradoria está aí. O que a Procuradoria fez, na semana passada, está errado! Se o DEMHAB estava lá com aquela comunidade, construindo habitação, orientou-os para comprar a área, eles compraram a área, aí a Procuradoria manda um documento para a Brigada dizendo: “Não levem para essa área porque eles não podem ir.” Vocês, procuradores que aqui estão, vocês não vivem sem casa; vocês, procuradores que aqui estão, vocês não passam fome, vocês não passam frio, os filhos de vocês estão nas escolas; agora, dessas 600 famílias que foram despejadas nos últimos dias, as crianças foram retiradas de suas escolas. As pessoas foram retiradas do seu local de moradia. Quando é que vamos fazer uma agenda que enfrente a regularização fundiária? Por que não andam as 700 vilas irregulares que existem em Porto Alegre? Por que não anda isso? Por que o Estatuto da Cidade não é aplicado? Por que, nos oito anos do Minha Casa, Minha Vida, só foram construídas 2.700 unidades em Porto Alegre? Agora, lá na Assembleia Legislativa, na audiência da qual participamos, lá estava a Procuradoria do Estado, lá estava a Defensoria do Estado, lá estava a Promotoria Pública, construindo uma solução. Agora, o Município tinha um representante do DEMHAB. Ontem, aqui na CUTHAB, a Procuradoria, estava convidada a vir aqui discutir; não veio, não compareceu. Por que não comparece? Benefícios todos querem, mas nós queremos resolver os problemas da cidade de Porto Alegre, é isso que temos que discutir. Quando é que vão assumir o compromisso com essas 22 mil famílias, que estão com ação de despejo, são cidadãos de Porto Alegre e que merecem o nosso respeito aqui do Legislativo e do Executivo? Por que o Executivo não assume? Por que o Executivo manda na contramão do Estatuto da Cidade? Por que a Procuradoria não aplica o Estatuto da Cidade? Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Ver.^a Sofia Cavedon e eu não nos retiramos daqui porque tivemos a notícia de que a nossa colega Vereadora que foi agredida, Fernanda Melchionna, está vindo para cá. Eu venho aqui, não somente como Liderança do PCdoB e da oposição, mas também como uma histórica defensora da luta pela moradia eleita na última Conferência das Cidades para representar os Vereadores de todo o Estado do Rio Grande do Sul, no Conselho das Cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Já disse, naquele microfone de apartes, que eu estava nessa audiência. E a intervenção foi exatamente no sentido de que não se pode exercer a força pública quando o gestor não tem políticas habitacionais. Não estou falando neste momento do Município de Porto Alegre, mas sim do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No Município de Porto Alegre, nós estamos em uma luta. Possivelmente, para o Fórum Social Mundial, nós vamos conseguir garantir a lei de construção do Conselho das Cidades, porque Porto Alegre é uma das poucas cidades do Brasil que não têm o que determina o Estatuto da Cidade, que é a criação do Conselho das Cidades.

A audiência sobre habitação foi interrompida por violência policial e duas detenções. A turbulência foi iniciada quando três jovens foram abordadas pela Brigada Militar. Não vou entrar em detalhes, porque já não estava mais lá, mas sei que a audiência pública da Assembleia foi importantíssima – estávamos presentes a Ver.^a Fernanda, o Ver. Comassetto e eu, que voltei para cá pela minha obrigação, como Líder da oposição, de estar aqui – para as ocupações urbanas e, também, para as terras indígenas e quilombolas, que estão sendo tratados como se fossem algo à parte da Nação brasileira. A maior riqueza desta Nação é exatamente a nossa diversidade humana e cultural. Se há algo que está sendo tratado além daqueles que ocupam, não porque as pessoas gostam de ocupar, mas porque as políticas públicas ainda não atingiram e não resolveram, algo que é fundamental, que é a função social da terra... A terra é para todos, como já dizia Sepé Tiaraju! Esta terra tem dono, que é o povo brasileiro. A terra do povo brasileiro tem servido para especulações: nas cidades, para especulações imobiliárias; no campo, para o latifúndio – inclusive, improdutivo. É dessa maneira que nós temos que encarar!

Eu já sei o tudo o que aconteceu. Lá estavam a Ver.^a Fernanda Melchionna e o nosso Deputado Estadual Junior Piaia, que foram intermediar e foram, sim, agredidos. Inclusive, ao Deputado Junior Piaia, quando tentou intermediar, foi dito: “O senhor se afaste,

deputado, porque vai baixar o cassetete” – essas foram as palavras. E não é porque ele é um deputado; a ninguém da população, que paga impostos e que tem direitos, poderia ser dito isso. Eu, que sou Vereadora há mais de 30 anos, sei do que se trata. Eu era considerada a Vereadora das ocupações, não porque quisesse ocupar, mas pelo direito do povo à moradia. O que aconteceu na Assembleia é inadmissível, seja dentro ou fora. Foram agredidas pessoas, que não sabemos quem são, que estavam chegando na Assembleia; e foram agredidos dois Parlamentares que lá estavam cumprindo o seu dever. Nós três, que fomos lá, estávamos cumprindo o nosso dever. Foi agredido o Deputado Piaia, do PCdoB, porque foi mediar essa situação. Nós conhecemos esse filme! Para cima do PCdoB, não! Nós conhecemos esse filme! seja na luta das mulheres, seja na luta das ocupações, seja na luta contra a ditadura e pela democracia. Então vamos começar a entender, se há governos que não dão solução para a questão da moradia e outras políticas sociais, não é com cacetes, com Polícia Militar, que tem que servir para dar segurança à população, que isso será resolvido. Inadmissível o que aconteceu na audiência pública da Assembleia Legislativa! É como se tivéssemos voltando aos tempos duros da ditadura militar. Ainda mais nesse momento em que se acirra a luta de classes na Nação brasileira e no mundo inteiro, pela crise do capitalismo. Ainda mais nesse momento em que os golpistas, sim, na Nação brasileira, estão fazendo de tudo para retroceder a democracia no nosso País, conquistada a ferro e fogo, conquistada com a luta e morte de muitos de nós, inclusive do meu Partido, PCdoB. Nós não temos ódio de ninguém, mas não podemos esconder a história. E esse acirramento hoje faz parte de um lado obscuro da história, e nós não podemos admitir. Não dá para esquecer a chacina da Lapa, quando mataram mais da metade do Comitê Central do PCdoB na ditadura. Alguns de nós não foram mortos, é por isso que digo que, se há uma pessoa que neste País... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLE nº 013/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 013/14 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 013/14.

Apregoo Ofício nº 128/15, de autoria desta Presidência, informando que o Waldir Canal estará representando esta Casa na solenidade de Lançamento do 1º Edital do Comui, no dia de hoje.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria falar, o assunto está muito conturbado nesses últimos dias com as desocupações, com a reintegração de posse, uma série de acontecimentos que Porto Alegre está vivendo. São graves, Ver. Villela, são graves, é verdade. Falta de moradia no final do ano, no Natal, enfim. Mas eu queria pedir aos colegas Vereadores que têm uma inserção nesses movimentos para que façam isso de uma maneira tranquila. Não dá para botar gasolina para apagar esse incêndio. Acho que nós temos que fazer um trato, como calamidade, pode ser, e aí temos que ter muito juízo. Por exemplo, eu estive, no domingo, no bairro Rubem Berta, o Leopoldina II, onde houve uma reunião tranquila com a presença do DEMHAB, com a presença do Vice-Prefeito, estava lá o Ver. Dr. Goulart, eu estava, o nosso ex-Vereador e Secretário Adjunto do Esporte, Brasinha, e houve alguns discursos normais da população e do Governo. O pessoal que foi despejado da Vila da Mata, me parece, que estão no Centro Vida. Só que eu queria pedir a colaboração do Ver. Janta, se fosse possível, Vereador, alguns conselheiros do Orçamento Participativo – não sei se são conselheiros ou delegados – eu respeito a todos, mas eu acho que temos que dar uma acalmada, porque eles estão fazendo verdadeiras ameaças, incitando à violência. Esse não é papel do conselheiro e nem do delegado do Orçamento Participativo, nem por um lado e nem pelo outro. Não podem fazer o que estão fazendo! Lá há moradores que estão sendo ameaçados! Eu mesmo recebo várias postagens dizendo que a próxima invasão será em minha casa; impossível eles invadirem, porque é muito pequena e não vai dar para uma família grande morar, então não vai valer a pena. Mas há muita gente com medo, assustada; e com razão. Acho que nós todos temos que aproveitar o espírito natalino que ainda resta nos corações das pessoas para desarmar, para não incitar, para

não jogar um contra o outro! Acho que temos que achar soluções, é verdade, todos nós! Não temos que dar atenção somente para quem está sem casa, mas também para os que têm casa, porque não podemos deixar todo mundo inseguro! E que se dê soluções àqueles que realmente precisam de casa, e que se faça uma seleção daqueles que grilam e revendem para aqueles que estão precisando.

Então, quem precisa morar, tem que ter o apoio da Prefeitura, do Estado, da Presidente Dilma, de todos nós. Mas vamos tentar fazer uma ação de parar com os conflitos, de fazer com que não haja essa turbulência próxima do Natal.

O Ver. Janta falou sobre o Judiciário, eu acho, sim, que o Poder Judiciário está atrasando um, dois anos. Eu me lembro da época do Governador Tarso Genro, no final do ano passado, quando pediu que não se fizesse a reintegração de posse naquele momento. Parece que o Judiciário fez de propósito: passou de um Natal para o outro Natal. Isso também não está certo! Mais 15, 20, 30 dias não fariam diferença alguma, e nós deixaríamos de ter esses conflitos perigosos, os quais ninguém quer nem aqui e em nenhum outro lugar do Rio Grande, muito menos do Brasil.

Os nervos estão à flor da pele, começando lá com a Lava Jato, com a Zelotes. Todo mundo com medo do japonês, de manhã, mas eu espero que aqui a gente não tenha medo do japonês. Eu não tenho medo, e vocês não devem ter medo de o japonês aparecer às seis horas da manhã. Também quem precisa de moradia não precisa acordar assustado, nem quem já tem moradia deve ser ameaçado de ser invadido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, boa tarde. A nossa colega Fernanda chegou aqui na Casa e está tomando um pouco de água para poder nos relatar exatamente o que ocorreu na Praça da Matriz agora há pouco. A famosa Praça da Matriz, que, em alguns governos, é palco de grandes conflitos, exatamente aqueles governos que abrem mão do diálogo, que abrem mão das políticas sociais e colocam a Brigada Militar para resolver os problemas que são sociais e são políticos. Nós vimos muito isso no Governo Yeda. Eu escuto histórias famosas do Rio Grande, como no Governo Simon,

quando os movimentos sociais eram acusados de promover a violência. Professores eram acusados de promover a violência.

Agora o Ver. Comassetto trouxe vários casos como o daqueles que não têm moradia e que são acusados de fomentar a violência. Violência é o fato de essas pessoas não terem casa para dormir a cada noite! Essa é a verdadeira violência! E os atos de protesto, como os dos estudantes em São Paulo, pelo o direito a ter escola; como os protestos dos movimentos por moradia, por transporte, esses não são violentos; esses lutam pelo direito à dignidade?! E eu faço um apelo aqui, Ver. Cecchim, sei da sua seriedade como democrata que o senhor é: que o Governo do PMDB controle as suas forças policiais, porque não se resolvem problemas sociais com polícia. Isso é um erro que a própria Brigada, depois, sofre, quando os maus governos colocam a Brigada a resolver os problemas. E aí não adianta justificativa de puxar a ficha da pessoa e dizer que foi agredida porque isso ou porque aquilo. Violência policial não se justifica: se investiga e se pune. No início deste ano, em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu estava procurando um morador de rua que tinha sido agredido. Fiquei preso no posto da Brigada ali da Redenção, acusado de ter desacatado a polícia enquanto eu estava procurando informações sobre um morador de rua que havia sido espancado pela Brigada Militar no bairro Moinhos de Vento. Chegam à nossa Comissão, Ver. Alex, dezenas de relatos; a cada final de semana, mais e mais relatos das comunidades sofrendo agressões. Infelizmente eu digo isso. Eu fui a uma comunidade onde cinco meninas tiveram os cabelos raspados, três jovens foram espancados porque eram traficantes. Assim se começa a justificar. Eu não quero que o Rio Grande do Sul se transforme num Rio de Janeiro, onde cinco jovens foram metralhados; ou em Santa Catarina, onde, ontem, três jovens foram assassinados; ou na Bahia, onde, anteontem, sete jovens foram assassinados, provavelmente por grupos de extermínio das PMs do Brasil. Eu sei que a nossa Brigada não é assim, e ela não pode virar isso.

Hoje, quando uma Parlamentar foi atingida por gás de pimenta, um colega aqui veio me dizer, Ver.^a Fernanda, que foi pouco, que eu tinha exagerado. Primeiro, porque nunca tomou gás de pimenta na cara; segundo, porque sempre estive do outro lado, mandando a Brigada bater em pobre. É assim que tem que ser dito! Começam desrespeitando um Parlamentar; depois, desrespeitam o Parlamento inteiro; depois, acabam com a democracia. A gente já viu esse filme! Sempre tem desculpa, sempre tem justificativa, e

vai se avançando um passo a mais na violência do nosso País, na violência institucional, no fechamento do diálogo e no uso da violência para resolver os conflitos da sociedade. Cada vez que um Parlamentar é agredido, é agredida a democracia; cada vez que uma pessoa do povo é agredida, é agredida toda a cidadania brasileira. Tristes esses dias, Ver.^a Fernanda, receba aqui a nossa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA NELCHIONNA: Quero agradecer aos colegas Vereadores que se manifestaram em solidariedade a mim e a todos os agredidos, de forma absurda, pela Brigada Militar no início da tarde de hoje; agradecer as manifestações sinceras de muitos colegas, infelizmente não todos; agradecer as manifestações sinceras do povo de Porto Alegre, que tem me mandado centenas de mensagens declarando apoio, solidariedade e críticas a mais uma ação absurda de criminalização da pobreza e de criminalização dos movimentos sociais.

Quero relatar, Presidente Mauro Pinheiro, agradecendo a V. Exa., nosso Presidente da Câmara de Vereadores, que eu tive a oportunidade de representar esta Câmara, hoje, numa audiência na Assembleia Legislativa, para lidar sobre os temas da moradia popular, das questões indígenas, da demarcação das terras indígenas e das terras quilombolas. Essa audiência, marcada pelo grito de centenas de pessoas no Dante Barone e de milhares de pessoas que não têm onde morar na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, pautou a necessidade das políticas habitacionais e a verdadeira face do Estado, que não provê de políticas sociais as regiões periféricas, a regularização fundiária das Áreas Especiais de Interesse Social, a regularização fundiária das áreas irregulares da cidade de Porto Alegre e que, muitas vezes, aparecem nessas periferias com o seu único aparato repressor, infelizmente.

E o que é uma discussão social, política, de direito constitucional à moradia, acaba, muitas vezes, com reintegração de posse, que leva milhares de pessoas a ficarem na rua, como foi o caso lamentável, ontem, na Bela Vista, como foi o caso de outras ocupações

que sofreram reintegração de posse. Nós lutávamos para que houvesse a suspensão das reintegrações e o processo de negociação com o Governo do Estado, com o Governo Municipal, com o Governo Federal, sobre as políticas habitacionais necessárias para suprimir as desigualdades sociais históricas e o direito constitucional à moradia.

Lamentavelmente, a praça que ontem foi ocupada pelas mulheres, para discutir uma cidade das mulheres, foi palco de uma agressão violenta, absurda, autoritária, que eu tive a oportunidade de presenciar.

Designados pelo presidente da audiência, eu e o Deputado Piaia, fomos até a Praça da Matriz, onde jovens – não se espantem –, negros, da periferia; um, portador de deficiência, estava sendo abordado; um outro, preso, sem nenhuma justificativa plausível. E nós, no espírito da mediação, tentamos que os Direitos Humanos fossem preservados e que houvesse tranquilidade num momento de crise institucional, de crise política, de crise social – Porto Alegre tem 40 reintegrações de posse, lamentavelmente, até o final do ano. E fomos recebidos com gás de pimenta – depois de toda essa tentativa, sem que ninguém identificasse o comandante da ação, sem que houve tranquilidade para discutir os temas relativos aos direitos daqueles jovens. Eu recebi gás pimenta no olho, é verdade – vários viram, vieram me falar; passei mal –, mas o meu olho já está bom. Como eu, dezenas de pessoas sofreram com o mesmo gás no olho: mulheres, crianças, idosos, jovens. Há vítimas que estão agora na Delegacia, e eu estou – confesso para vocês – verdadeiramente cansada com a criminalização da pobreza neste País, verdadeiramente cansada com a criminalização dos movimentos sociais. Ver. Alberto Kopittke, o senhor relatou aqui que um colega disse que era pouco, e eu gostaria que ele viesse à tribuna e tivesse a coragem de assumir uma política fascista, de que o movimento social e o povo têm que ser tratados com gás pimenta! Cansada desse discurso de criminalização das vítimas, da desigualdade social histórica! Cansada da criminalização daqueles que não têm creche, não têm posto de saúde, não têm direito à moradia e são recebidos com gás pimenta na Praça da Matriz! Se fossem jovens, talvez da minha cor – brancos, de olhos claros –, não seriam abordados da forma desrespeitosa com que foram! E, à medida que os movimentos foram ser solidários, usaram gás pimenta para dispersá-los. Mas jamais dispersarão a nossa luta, jamais calarão a nossa voz, porque nós não silenciaremos contra a violência policial, contra os desmandos dos Governos com relação à habitação popular e, ao mesmo tempo, jamais aceitaremos a criminalização da pobreza e dos movimentos.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, independentemente de que haja alguma visão controversa do evento, nós temos uma questão muito grave em relação ao Parlamento, a parlamentar. Porque qualquer parlamentar, diante de uma situação de conflito, vai tentar intermediar, vai tentar construir diálogo. O que aconteceu à pessoa da Ver.^a Fernanda Melchionna é um desrespeito. E vejam a impotência que ficamos todos nós diante de qualquer situação, porque a Brigada Militar, na violência, não respeita a representação da autoridade investida pelo povo, não abre diálogo e age com violência. Pela Procuradoria da Mulher, estamos elaborando um documento para nos manifestarmos ao Governador do Estado, mas gostaríamos que o Presidente da Câmara, com a sua assessoria, já elaborasse algo, para que pudéssemos, em conjunto, todos os Vereadores, nos manifestar em solidariedade à Parlamentar que foi atingida na sua função. Isso atinge a democracia, atinge todos nós e não nos permite construir saídas para os direitos que são buscados pelas pessoas que lutam junto aos movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora.

Aprego as Emendas nº 15 e nº 16, de autoria dos Vereadores Dr. Goulart e Cassio Trogildo, ao PLL nº 232/14.

Aprego a Emenda nº 17, de autoria dos Vereadores Dr. Goulart e Airto Ferronato, ao PLL nº 232/14.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLL nº 232/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(15h19min) Passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Eu queria aproveitar que estamos neste dia tumultuado e, para desanuviar um pouquinho as coisas, requerer o adiamento da discussão do PLE nº 023/15 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, o Ver. Idenir Cecchim nos surpreende aqui com um pedido de adiamento da discussão por três Sessões da votação do projeto que trata da reestruturação, não sei se é reestruturação, o projeto que trata da Procuradoria. Eu venho aqui defender o adiamento, sou favorável a esse adiamento, até porque, há pouco, vim a esta tribuna fazer algumas cobranças à Procuradoria. E quero dizer que, se a Procuradoria não vem a esta Casa para atender à Comissão, nós também podemos deixar para tratar do projeto depois. Ontem, a CUTHAB estava aqui com todas as famílias, com a Procuradoria do Estado, com a Defensoria Pública para encontrar uma solução para um conflito na Cidade. E eu quero dizer que isso não se trata de um relacionamento pessoal. Estou vendo ali a nossa Coordenadora da Procuradoria, com quem tenho um excelente trato e excelente relacionamento, assim como com todos e todas as procuradoras, de ordem individual. Mas se trata aqui de uma relação dos poderes e se trata aqui de problemas cruciais da cidade de Porto Alegre. Nós queremos saber por que os temas aos quais nós precisamos responder, porque o povo bate aqui nesta Casa, e está na agenda, e está convidada a Procuradoria, e está dito que virá, e sem contar que nós temos inúmeros acordos feitos aqui, respostas que têm que vir e não vêm – inúmeros! Na CUTHAB, neste ano, eu posso lembrar aqui do tema do Túnel Verde; eu posso lembrar do tema dos impostos do Santa Mônica, que ficaram de dar o retorno e não deram; eu posso lembrar de inúmeros temas que estão todos documentados. Nós queremos a valorização dos profissionais, mas nós queremos respostas à altura. Prezados procuradores e procuradoras, é o momento de rever essa postura e essa opinião com relação a esta Casa, no que diz respeito ao Poder Legislativo. E com o Judiciário do Município não tenho problema nenhum em fazer o contraditório. Agora, tem problema, sim, nos deixar sentados na cadeira e não aparecerem. Isso tem problema! Portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade para discutir o método de relacionamento do Executivo Municipal. Bem sabemos que as Secretarias respondem ao Governo, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito. Quando nós consultamos: não, isso não é política de Governo. Se não é política de Governo é política própria desse segmento do Judiciário do

Município, que tem que estar alinhado para nos ajudar a construir soluções e defender. Por que até o momento o Estatuto da Cidade, que tem que ser aplicado na cidade de Porto Alegre, não foi elaborado pelo Judiciário Municipal e levado a diante para nós aplicarmos? Por que o IPTU progressivo do tempo não é aplicado? Por que os vazios urbanos continuam ali? Por que os imóveis vazios do Centro, que têm dívidas imensas do IPTU, não têm ações para que cumpram a sua função social? Isso são temas ou não para discutirmos juntos com a validação e a reestruturação do Judiciário Municipal? Para mim, são temas que devem ser discutidos juntos, porque os problemas da Cidade estouram aqui. Este ano, a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação realizou mais de 25 audiências públicas para poder evitar conflitos nas famílias a serem despejadas. Eu quero saber por que o DEMHAB veio aqui, construiu um acordo com a comunidade para que eles comprassem uma área para a qual eles seriam transferidos na hora do despejo e a Procuradoria comandou contrário a isso, e a comunidade e suas lideranças foram presas. Por que foi feito isso? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, queria cumprimentar o Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; os Vereadores e Vereadoras, aos procuradores municipais que estão aqui acompanhando a Sessão, venho aqui com muita tranquilidade, Ver. Reginaldo Pujol, dizer que vou me posicionar contra, e gostaria também que todos os Vereadores tanto da situação, quanto oposição, também se posicionassem contra também a esse encaminhamento, Requerimento do Exmo. Ver. Idenir Cecchim, ao qual eu respeito muito. Mas faço questão de fazer alguns esclarecimentos. O projeto da Procuradoria-Geral do Município, Ver. Pujol, entrou nesta Casa no Dia do Advogado, no dia 11 de agosto de 2015. Fez a sua tramitação, o Ver. Nereu D'Avila pediu o art. 81, e nós colocamos este projeto em votação no 4 de novembro, depois o transferimos para o dia 11 de novembro e, depois disso, fizemos uma costura com o Prefeito Fortunati, com o Vice-Prefeito Sebastião Melo e com a Procuradora-Geral do Município, Cristiane Nery. E construímos um Grupo de Trabalho, desde o dia 11 de novembro até hoje, trabalhando intensamente,

Ver. Paulinho, na busca da qualificação do projeto de lei que está nesta Casa. Fizemos diversos encaminhamentos, Ver. Tarciso, na nossa base do Governo; oficialmente, a todos os nossos Vereadores da base, nós encaminhamos, solicitando, Ver. Cecchim, que os Vereadores pudessem nos trazer todas as reivindicações e sugestões para mudar o PLE que estava nesta Casa. Depois disso, fizemos várias manifestações, por ofício também, a todos os Vereadores, que trouxeram as manifestações, as encaminhamos para a Procuradoria-Geral do Município – e foram 23 manifestações dos Vereadores da base de Governo. Dessas 23, em 13, nós avançamos e, em outras 10, nós tivemos alguns esclarecimentos que foram importantes da Procuradoria-Geral do Município. E eu quero aqui salienta a importância, Ver. Ferronato, do diálogo que foi construído ao longo desses 45 dias. Por isso eu não vejo nenhum motivo, nenhum motivo para que nós pudéssemos transferir por mais três Sessões; afinal, nós já transferimos desde o dia 4 de novembro. Esta Casa tem todo poder legítimo de cada Vereador de fazer a solicitação, de fazer emendas que ache importantes, mas, Ver. Pujol, nós, a pedido do Prefeito Fortunati, fomos escalados junto à base do Governo, e a Procuradoria-Geral do Município, de construir a qualificação desse projeto, e, com toda a humildade, com todo o respeito, nós trabalhamos incansavelmente para costurarmos e construirmos a melhora, e não tenho dúvida nenhuma de que melhorou e melhorou muito, não que o projeto anterior fosse um absurdo, mas, no momento em que se vive no Brasil, não era o momento do projeto anterior. E a Procuradoria foi sensível ao longo desses 45 dias. Então o que eu peço para os Vereadores é que votem com a sua consciência, com o seu coração, mas não vamos adiar; nós tínhamos toda uma programação da reunião de Líderes, para que votássemos item por item, projeto por projeto. Vamos seguir, Ver. Cecchim, eu lhe faço um apelo pelo respeito, pelo carinho, pela consideração que lhe tenho: vamos votar de acordo com a nossa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Casa, público que nos assiste, gostaria de, em nome da Dra. Cristiane Nery, saudar todos os Procuradores aqui presentes.

Eu ouvi um posicionamento que achei meio pessoal e que acho que não se encaixa neste momento. Nós tivemos agora a explanação do Kevin, que é a realidade, e todos os 36 Vereadores sabem que é a realidade da discussão que houve, do abrir mão de direitos que muitas vezes houve para nós chegarmos até aqui, neste momento, para podermos votar uma valorização! Valorização de uma profissão! Uma profissão que muito faz e que tem a responsabilidade de direcionar gestores!

Então acho injusto, senhores, levar para o ano que vem uma discussão que foi feita não sei há quantos meses. E muito bem discutida e discutida com respeito com cada um dos senhores, discutida com respeito com o Executivo. Eu mesmo tive essa conversa, esse diálogo dentro do meu gabinete, fiz algumas sugestões, que foram acatadas, para que tivéssemos, nesse momento, um projeto que beneficiasse os dois lados: o gestor e a categoria. Nós não podemos aqui... Eu tenho um grande respeito, um carinho muito grande pelo meu querido Idenir, mas acho que isso é procrastinar um momento que pode ser histórico na luta de uma das categorias do Município. Obrigado, senhores. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que estão conosco, colegas servidores públicos da nossa Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre – PGM. Aqui nós não estamos analisando o mérito do projeto, agora estamos analisando e discutindo se adiamos a votação ou não, portanto é nesse encaminhamento que vou seguir. Nós aprovamos, meu querido Ver. Pujol, em 2012 a Lei Orgânica da PGM – 2012. Os senhores e as senhoras sabem disso, aqui estive defendendo a proposta por diversas vezes, não me arrependo, faria exatamente a mesma coisa se fosse hoje. Naquela Lei Orgânica de 2012, Ver. Dr. Raul, há um ditame, um artigo que diz que a Lei Orgânica seria regulamentada em um ano. Se nós, Vereadores de Porto Alegre, a Capital dos gaúchos, aprovamos uma regra

dizendo que essa regulamentação ocorreria até um ano depois, como nós, Vereadores de Porto Alegre, agora, vamos dizer: “não, aquilo que aprovamos é perfumaria, não presta para nada, nós não vamos regulamentar”. É preciso regulamentar a lei orgânica da PGM. Ou fazemos isso – eu sou velho Vereador aqui na Casa –, ou estamos atestando uma ridícula condição até de subserviente a todo e qualquer poder. Nós estamos aqui, hoje, para atender a uma norma que nós aprovamos em 2012 – repito –, como agora nós vamos votar favoravelmente à proposta do Ver. Cecchim, para adiar ainda mais, se estamos com dois anos de atraso? É impossível. Portanto, nós precisamos derrotar a proposta, o requerimento do Ver. Cecchim para fazer a nossa parte na esfera da grande democracia que se instituiu nos Municípios do Brasil inteiro. Ou fazemos isso, ou pegamos o chapéu e vamos para casa. Aprovamos a lei; agora não queremos mais?

Com a proposição do Ver. Comassetto, respeito a indignação, agora, não tem nada a ver com a dívida que nós, Câmara de Vereadores, temos com a lei. Não é dívida com servidor “A” ou “B”, não é. É a dívida de uma norma – repito – que nós aprovamos; a norma que diz, há três anos, que, em um ano, se regulamentaria o projeto, a lei orgânica da PGM do Município de Porto Alegre. Portanto, meu querido Ver. Comassetto, vamos votar contrariamente à proposta do Ver. Cecchim para compreender, registrar para toda a sociedade que aqui nós estabelecemos leis (Palmas.), aprovamos leis gerais para o Município, exigimos o cumprimento das pessoas todas do Município e precisamos também cumprir a nossa parte, cumprindo aquilo que nós mesmos definimos: regulamentar a lei orgânica da PGM. Falo em meu nome, é posição do meu partido, PSB, e também é posição do Ver. Paulinho Motorista. Um abraço, vamos votar hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores Procuradores, talvez esta seja a primeira e a última oportunidade que eu tenha de falar com os senhores e com as senhoras. Eu, em particular – e alguém falou aqui, se não me falha a memória, foi o Líder do Governo, que falou em votar com o coração –, seguidamente voto com o coração, quando não tenho a

consciência pesada perante o povo de Porto Alegre, meu querido Líder, Ver. Kevin Krieger. Senhoras e senhores Procuradores, não quero hoje exagerar, até porque já fizemos uma leitura aqui, é evidente que os senhores vão ter esse projeto aprovado, mas essa é a oportunidade que tenho para chamar a atenção das senhoras e dos senhores do quanto é difícil para os Vereadores desta Cidade, em especial em relação ao assunto que trago, que é muito conhecido dos senhores, porque ninguém se responsabiliza. O Prefeito não se responsabiliza, os Secretário também não, os Vereadores não têm como, os senhores, com certeza, também não. Esses são os prédios inacabados no Centro de Porto Alegre, aqui tem prédio com 60 anos, inacabado! (Mostra fotografias.) O que os senhores têm a dizer a esta Casa? Quantas vezes nós encaminhamos demandas ao Executivo? Quantas reuniões nós fizemos com a representação dos senhores, com a representação da Caixa Econômica, do Ministério Público e, até hoje, não se vê possibilidade ou sinalização de ver assunto resolvido? Aqui tem dois exemplos (Mostra fotografias.): este fica na Rua Riachuelo com a Rua Marechal Floriano Peixoto, e este, conhecido como “esqueletão”, fica lá embaixo, na Rua Marechal Floriano Peixoto.

Alguns me dizem: “Mas, Ver. Bernardino, não depende... Não é bem assim”. É, sim! Quem é que participa das audiências no Ministério Público, no Judiciário, representando os cidadãos de Porto Alegre? Por que não se conseguiu, até hoje, resolver esse assunto? Esta é a oportunidade de fazer um desabafo. Ao menos, haverá alguém da sociedade para pensar. “O Ver. Bernardino, ao menos, está dizendo aquilo que nós, cidadãos comuns, não temos como falar para os Poderes constituídos”. Então, Vereadores da base do Governo, eu cansei! Se os senhores não têm condições, não têm possibilidade de se indignarem, eu tenho! E este é o momento de declarar a minha indignação! São muito bonitos os comerciais mostrando a cidade de Porto Alegre... E eu não sou da oposição, os senhores sabem, assim como sabem que, quando precisam do meu voto, eu sou parceiro. Agora, este é o momento de aproveitar e botar para fora a minha indignação, Srs. Procuradores! Mas então quem é que vai resolver o que nós, aqui, Vereadores, precisamos fazer? É o silêncio. Prédios com 60 anos, apodrecendo, caindo, criando morcego, barata, rato, e os senhores não sinalizam nada para esta Casa, para que nós possamos contribuir, nem o Executivo. Quantas visitas nós fizemos a esses prédios? No Centro, tem muitos, mas estou falando sobre dois. Quantas visitas a Câmara de Vereadores fez, oficialmente? Foram duas: uma com o então Vereador do PSD, hoje

Secretário da Defesa Civil, Tessaro, quando era Presidente desta Casa; outra com o atual Vice-Prefeito, que fazia discursos desta tribuna: “O santo não é de barro!” Eu acreditei. Os senhores estão no silêncio, e não só neste momento. Até hoje, não foi feito nada de concreto para resolver esse assunto. Uma coisa não tem nada a ver com outra, eu até concordo, mas é a oportunidade de mostrar a minha indignação, porque o povo está indignado, e eu fui eleito para representá-lo, assim como todos aqui. Desculpem o exagero. Boa sorte para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos assistem das galerias, acho que o encaminhamento é muito simples. Primeiro, não deve ser diferente do que tem sido quando precisamos dar uma satisfação para quem nos visita. É muito simples: nós temos que votar “não” com a proposição do nosso querido amigo, Ver. Idenir Cecchim, porque estamos cansados de conhecer essa matéria. Nós estudamos e discutimos profundamente essa matéria e estamos preparados para votar hoje. É o que a minha bancada, Ver. Paulo Brum, Ver. Casartelli, Ver. Sabino, decidiu e pediu que eu falasse aqui. Vamos votar hoje, portanto vamos ser contra, neste momento, o Requerimento do nosso querido Ver. Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Procuradores que aqui estão, vejo a Procuradora-Geral, meus respeitos, minha admiração pelo seu trabalho. Quero dizer que não sou insensível. Por que eu havia pedido a prorrogação? Porque a cada reunião, a cada passo, nós tínhamos um passo à frente. Então, não acho que é perda para a Procuradoria nem ganho para ninguém. Eu não sou o Município, eu sou apenas um Vereador, que estará aqui nem sei se por mais

um ano, ou por mais três ou quatro anos. Não sei, quem vai decidir isso será a população. Então, eu não sou Vereador de nenhuma corporação. Por favor, não quero dizer com isso que não gosto da Procuradoria! Não tenho nada contra a Procuradoria. E também separo a Procuradoria de alguns que foram escarafunchar os carguinhos que têm no Governo para ver se estavam cumprindo o horário, sem separar quem é da Procuradoria e quem são esses Advogados. E ouvindo os meus colegas, atendendo ao apelo do Kevin Krieger e também da oposição – da oposição e da base do Governo – para que se discuta hoje, tenho uma pequena emenda e fiquei preocupado, porque me disseram a minha emenda era a mesma coisa que aquilo que tira o teto do Supremo. Mas eu vejo que tem muito Procurador pedindo aos Vereadores para não votarem essa emenda, aí eu fiquei preocupado de novo. Eu que estava despreocupado, fiquei preocupado! O que é que tem nas entrelinhas para não quererem votar essa emenda? O que é que tem? Porque, desde o início, vem um projeto com entrelinhas. E eu que faltei às aulas de hermenêutica e não sou Advogado, tenho dificuldade de interpretar o que está escrito, muito mais dificuldade para interpretar as entrelinhas! Imagina só, um comerciante de pedras naturais não tem muita intimidade com a escrita, muito menos com a lei, muito menos com projetos. Eu aprendi os projetos lendo e me esforço para entender aqui. Mas eu não tive aulas sobre isso, não tive. Então eu preciso entender o que me dizem, o que me falam, o que tentam me convencer, e muitas vezes me convencem. Eu, com um bom argumento, me convenço, não tenho nenhum problema. Não estou aqui fazendo uma guerra santa contra a Procuradoria, como me disseram: “Foste eleito o segundo inimigo da Procuradoria”. Eu não sei por quê? Por que me dar tanto valor assim, para ser inimigo. Não sou inimigo de ninguém. Aliás, tenho bons amigos na Procuradoria e não quero fazer injustiça com nenhum desses amigos e com aqueles que não são amigos, mas são profissionais. Eu não sei quantos Procuradores são – parece que 120 – mais os aposentados,, não me preocupei com isso e não fui ver na lista quem é amigo e quem não é amigo. Para a mim, a Procuradoria é um órgão do Município, importante, até por isso achei que não se devia botar teto no Supremo, porque não são funcionários do Supremo, são funcionários da Prefeitura, são servidores do Município de Porto Alegre. Então não tenho nenhum motivo para que se bote teto do Supremo; também o argumento de que Procurador do Município ganha menos do que Procurador do Estado, não vale! Um é Procurador do Estado e o outro é do Município, os concursos são diferentes. O Procurador da União é da União, do

Estado é do Estado, do Município é do Município, não quero dizer que um seja mais ou melhor que o outro, nem menor! Mas cada um tem a sua divisão, a sua competência! E eu respeito as competências, assim como quero que respeitem a minha legitimidade de estar aqui discutindo o projeto, e de não entender o projeto! Depois, ser convencido de alguns pontos e não ser convencido de outro ponto. É verdade, quero fazer justiça aqui... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero dizer claramente a todos os Procuradores, respeitando todos que estão aqui, os que são aposentados, os que estão na ativa, os futuros Procuradores e, principalmente em respeito e em consideração a nossa Procuradora-Geral que está aqui desde de manhã, eu retiro esse pedido de prorrogação. (Palmas.) O Ver. Janta queria saber porque eu tinha pedido para transferir: é para esperar o julgamento do Tribunal de Contas do Estado que tem uma pendência da Procuradoria e vai fazer o julgamento nos próximos dias. Mas, se os meus colegas entenderam que não é preciso esperar, eu retiro aqui, mas espero os votos, aqueles mesmo votos que os Procuradores pedem para não votar na minha emenda eu faço com toda a consideração este pedido: retiro a prorrogação e convido a todos para que votem na minha emenda. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Como o Requerimento já foi encaminhado não há mais como retirar, então temos que votar.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em discussão o PLCL nº 016/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estávamos ainda discutindo o tema da Procuradoria e não pudemos fazer debate sobre o projeto do Ver. Pujol. Esse projeto (Lê.) diz o seguinte: “Altera, na face ímpar da Estrada Gedeon Leite, no trecho compreendido entre a Avenida Edgar Pires de Castro e a Rua Ivo Walter Kern, na profundidade de sessenta metros, paralelos ao trecho referido, localizado na

Unidade de Estruturação Urbana – UEU – 08 da Macrozona – MZ – 07, o código de Grupamento de Atividades de 01 para 03”. Segundo a tradução que me foi possível até agora, o Ver. Pujol passa a referida área de atividade predominantemente residencial para atividade mista, Ver. Lourdes. Para se ter claro que tipo de atividade tem hoje ali, tipo de moradia, morfologia, cultura local, nós precisaríamos de uma aproximação física, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, acho que é importante, Ver. Pujol, esclarecer nesta tribuna se houve consulta à população envolvida nessa mudança, porque é uma mudança que pode significar muito mais ruído, muito mais trânsito, uma alteração profunda no cotidiano daquelas comunidades. Pode ser algo benfazejo, bem-vindo, até uma regularização do que existe, mas pode ter um impacto não aceitável pela comunidade, pela vizinhança. Eu quero reconhecer o meu profundo desconhecimento do impacto que ali pode existir. Se o Plano Diretor de hoje determina que seja predominantemente residencial, Ver. Engº Comassetto, que é da Zona Sul e talvez possa nos falar dessa região, certamente assim é o espaço físico, assim é a vizinhança, assim é a ambiência daquela área. E uma alteração, nós sabemos os enormes conflitos urbanos que implica, que acaba tendo como consequência.

Então, a minha opinião, a opinião do conselho, do Plano Diretor da Cidade e do Plano Diretor da região é de que um projeto como esse deve ser precedido por audiência pública na região. É um risco da nossa parte desconhecer a opinião dos vizinhos, dos moradores, dos representantes da região, um desrespeito à cidadania, porque uma regra escrita, estabelecida em lei, é a regra referência das pessoas, dos moradores, dos cidadãos e cidadãs.

Daqui a pouco eles poderão ser surpreendidos por uma decisão da Câmara que altera a sua vizinhança, que altera a sua vida, sem terem tido a oportunidade de discutirem esse tema. Isso vai causar revolta e indignação. Esse é o tipo de decisão com que eu jamais concordarei. Com todo o respeito e pela forma muito tranquila e muito transparente com que o Ver. Pujol trabalha apresenta os seus projetos, eu gostaria de dizer, infelizmente, no tempo de encaminhamento, que, se não houver uma manifestação da comunidade local, se não houver audiência pública com acordo nessa mudança e com a avaliação da sua consequência, entendo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não deve aprovar tal mudança.

Faço aqui um apelo, em nome da nossa bancada – a não ser que tenhamos informações diferenciadas, que até agora não obtivemos –, de que a comunidade no entorno tenha participação, dê a sua anuência, a sua concordância. A minha expectativa é que nós possamos, como Câmara Municipal, espaço onde a população tem lugar para interlocução, para construção dos cuidados e da incidência sobre a sua vida, possibilitar essa audiência pública, o conhecimento das motivações da alteração e da implicação de uma alteração dessa qualidade.

Então, prudentemente, em nome da cidadania e do direito à participação, acho que devemos solicitar, agora, sim, o adiamento da votação. Espero ouvir do Ver. Pujol os elementos informando que este projeto foi bem discutido com a sociedade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Ver.^a Sofia Cavedon, se a senhora quiser opinião de alguém que mora na região, pode falar comigo. Eu moro há aproximadamente cem metros do início da proposta contida no projeto de reestruturação do Ver. Reginaldo Pujol. E, para aqueles Vereadores que não conhecem a região, a estrada Gedeon Leite é uma estrada de fluxo simples nos dois sentidos; em boa parte dessa estrada não há acostamento com condições de trafegabilidade. A proposta do Ver. Reginaldo Pujol amplia as construções de comércios de 200 metros quadrados para 1.500 metros quadrados. Lá tem uma pequena floricultura, pequenos comércios. Agora, nós proporcionarmos a construção de um empreendimento de 1.500 metros quadrados, numa estrada que não tem a menos condição de receber um empreendimento desse porte, por favor, senhores, isso é uma vergonha! Muito próximo ao local, questão de 500 metros, nós já temos a estrada Edgar Pires de Castro, que apresenta condições de construção desses empreendimentos de maior porte e que já tem problemas graves de trânsito, muitos problemas. O Ver. Reginaldo Pujol afirmou que conhece a estrada Gedeon Leite, porque a usa para se deslocar, eventualmente, até o bairro Belém Novo. Eu uso essa estrada toda a semana! E esse tipo de alteração local vai impactar certamente a região.

Portanto, Vereadores, eu peço a vocês, como morador da região, que votem contrariamente ao projeto do Ver. Reginaldo Pujol. Não tenho consciência de nenhum tipo de consulta que tenha sido feita com a comunidade, com os centros comunitários – não tenho consciência nenhuma. O comércio local da Edgar Pires de Castro não teve nenhum tipo de panfletinho ou cartazinho chamando a consulta da comunidade, portanto acredito que essa é uma iniciativa particular do Ver. Reginaldo Pujol. Então, peço a todos que, para o bem da região, votem contrariamente também. Não há condições viárias de termos esse tipo de alteração na região. Faço aqui o meu registro e peço a todos a sensibilidade. Se houver uma mudança nas vias, se a Estrada Gedeon Leite for ampliada, tudo bem, voltaremos a discutir a matéria, mas, do jeito que está, por favor, não façam isso. Peço como morador da região. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, dando continuidade à discussão deste projeto, eu passei naquela região para ir a Viamão e exatamente como já foi explanado aqui, confere: é uma estradinha, uma estrada comum, sem acostamento, com muito verde; ainda se pode respirar o ar puro quando se passa na estrada e se lamenta que, de repente, venha um projeto que vai modificar a região. Eu começo a me espelhar na Av. Edgar Pires de Castro, cujas ampliações não foram feitas e que, hoje, em determinados horários, é bem problemática, porém é uma nova Cidade, tais são os empreendimentos que lá foram criados. Há esta preocupação de se discutir mais, de se ver melhor este projeto, porque a região por onde passei não tem construções, é tudo muito nativo ainda, e eu acho que nós temos que pensar também no Extremo-Sul da Cidade. Não vamos fazer a continuidade do que está sendo feito em determinadas decisões, como é o Condomínio do Arado, onde tem todo um protesto da região por causa da própria preservação ambiental. Hoje, não podemos descartar essa preservação, que quantas consequências trará para nós, porque se vê o problema de impactar, primeiro, o movimento de deslocamento de carros; depois, o problema do solo, onde se vê até a falta de água em algumas regiões. E eu lamento muito que queiram,

com este projeto, com todo o respeito que tenho pelo Ver. Reginaldo Pujol, alterar a região dessa forma. Então, acho que temos que discutir melhor e também discutir com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente o que resultará dessa alteração. É esse o nosso pedido, para que os Vereadores analisem melhor, porque não é uma simples estrada, ela faz um trajeto que tem um bom movimento, mas não para ampliar desta forma, sem melhorias no local, que vai repetir o que está acontecendo no Extremo-Sul da Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Vereador-Presidente, solicito o adiamento de votação do PLCL nº 016/15 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu, agora, mais ainda com o depoimento do Ver. Prof. Alex Fraga, de como é o entorno da Estrada Gedeon Leite, com a ausência de infraestrutura, ausência de acostamento nesse trecho, Ver. Pujol, fraternalmente, de forma muito respeitosa, o meu requerimento de adiamento é no sentido de garantir tempo para escutar a comunidade do entorno. Não acho admissível que a Câmara de Vereadores altere o Plano Diretor, impacte uma região, 60 metros o entorno da Estrada Gedeon Leite, em uma perspectiva de surpreender os moradores do entorno com essa mudança. Quero lembrar, senhores, que este projeto de lei ingressou na Câmara em 26 de maio de 2015 e consta que deve passar pela Procuradoria e pela Comissão de Constituição e Justiça. E não temos mais tramitação e nenhum documento que diga que os conselheiros do Plano Diretor, Ver.^a Lourdes, tenham dado uma opinião, que tenha havido uma consulta pública, que isso seja resultado da manifestação de reunião de Comissão da Casa, que tenha uma demanda social subjacente à proposta de alteração do Plano Diretor. E vou insistir com Vossas Excelências, qual é o Vereador ou Vereadora aqui que tem segurança para dizer de qual impacto nós estamos tratando, de quem e que quantidade de pessoas serão atingidas, de como ficará a possibilidade de

mobilidade urbana naquela região, considerando a mudança de regime, de preferencialmente residencial para regime misto? Significa autorização, obviamente, para indústrias e outras atividades que têm um impacto maior, naturalmente. O que nós estamos solicitando, e aqui eu vejo que inclusive tem um mapa. (Mostra mapa.) E, pelo que está hachurado no mapa, não é um trecho pequeno; essa parte escura toda, portanto é um trecho grande. É de grande impacto essa mudança, e eu não vejo por que em final de ano, sem discussão em nenhuma Comissão, sem nenhuma fala da sociedade, a Câmara alterar o Plano Diretor desta Cidade. Inclusive, uma alteração dessas é passível de questionamento jurídico, porque a nossa legislação, o Estatuto da Cidade estabelece os direitos da cidadania, estabelece, sim, a obrigatoriedade da consulta sobre alterações nesta peça, que é uma peça fundamental da questão urbana, da convivência urbana, que é o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Que eu me lembre, logo no ano que vem já é ano de revisão do Plano Diretor, Ver. Reginaldo Pujol, que conhece muito bem sobre esse assunto. Então, uma alteração dessa monta, nessa simplicidade, sem debate, sem respaldo popular, não terá guarida desta Vereadora. Então, a alternativa do adiamento é uma alternativa de construir essa legitimidade, diálogo social e a possibilidade de a cidadania se manifestar sobre sua vida.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tinha acertado, com vários colegas Vereadores, que não participaria desse debate, porque os Vereadores se julgavam devidamente esclarecidos sobre o projeto e nós não poderíamos entrar numa manobra de ficar reiteradamente pedindo adiamento de votação, adiamento de discussão, porque, com isso, nós acabaríamos desenvolvendo uma manobra e esta Casa ficaria improdutiva já que agora, às 14h15min, nós não votamos nenhum projeto ainda hoje. Então, pretender que agora, na hora da votação, se faça um adiamento é, convenhamos, Sr. Presidente, inconsequente.

Ademais, os argumentos trazidos à tribuna foram facilmente esclarecidos a cada um dos Srs. Vereadores, especialmente, a respeito do porte, da largura da via onde está se

pretendendo essa alteração no grupo de atividades. Aliás, quem não sabe que as estradas municipais ainda remanescentes têm mais do que o dobro das ruas mais largas da cidade de Porto Alegre. Se hoje elas não estão inteiramente pavimentadas é porque, até agora, não surgiu a possibilidade de isso ocorrer, elas serão muito brevemente como foram em outras áreas em Porto Alegre. Assim, as antigas estradas estão progressivamente se transformando em avenidas. Então, sobre esse ponto físico não há discussão. Quanto à materialidade, senhores, todos estão esclarecidos de a única discussão que ocorre é sobre o entorno: seguindo ao lado da Estrada Gedeon Leite, no trecho que vai da Av. Edgar Pires de Castro até a Rua Ivo Walter Kern, de um lado se mantém a zona predominante residencial, que hoje é colocado, isto é, o lado do Morro da Tapera; do outro, que já está coexistindo com loteamentos na área, que precisam de atividades que realizem a sua própria subsistência, onde adquirem os alimentos, onde adquirem o gás, onde tem os serviços que eles necessitam, nesse outro, sejam possibilitados as mesmas atividades que são permitidas do lado esquerdo, ou seja, do outro lado, com um porte maior.

Então, Sr. Presidente, com toda a honestidade, eu tenho segurança no projeto que propus. Acho que o adiamento, desculpe, é uma manobra de quem é contrário ao projeto. Se a maioria da Casa for contrária ao projeto, tudo bem, que não seja aprovado. Caso contrário, que não se interrompa o trabalho que vem sendo feito há meses com discussões e mais discussões agora, na última hora, na hora de se decidir a matéria, na hora de se votar. Eu quero votar hoje e peço o apoio de todos os colegas nesse sentido. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o PLCL nº 016/15. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos deixar para o final a discussão e votação do PLE nº 013/14.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Alberto Kopittke: Sr. Presidente, quero justificar a minha abstenção. Embora eu veja mérito em relação ao que o Ver. Comassetto apresentou, na minha opinião, os procedimentos previstos no Plano Diretor para mudança não foram observados. Por isso me abstive.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Idenir Cecchim e Guilherme Socias Villela, ao PLE nº 023/15.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLE nº 023/15.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria dos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Engº Comassetto, ao PLE nº 023/15.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Guilherme Socias Villela e João Carlos Nedel, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria dos Vereadores Guilherme Socias Villela e João Carlos Nedel, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

Aprego a Subemenda nº 03, de autoria do Ver. Kevin Krieger, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLE nº 023/15.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 023/15.

Em discussão o PLE nº 023/15. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas Vereadores, caros colegas da Procuradoria-Geral do Município – colegas porque eu também tenho inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, apesar de nunca ter exercido –, no nome da Procuradora Cristiane da Costa Nery, cumprimento todas e todos aqui presentes, desde já registrando absoluto respeito pelos colegas e por essa instituição. Eu acho que o debate – e, agora, dialogando não mais com a Procuradora, mas com a Associação dos Procuradores – foi encaminhado de uma forma equivocada. A quem interessa uma procuradoria fraca? A mim não interessa. Mas não é esse o debate. Todas as vezes que vamos debater aqui interesses de corporações, na minha opinião, é feita uma chantagem com os Vereadores: se divergirem em algum ponto, estarão desrespeitando essa corporação. Não é correta essa forma de debater. Podemos, sim, ter opiniões diferentes, porque cumprimos papéis diferentes. Neste momento, nós estamos buscando fazer uma discussão em que o papel do Vereador é zelar pelo todo do Orçamento do Município, essa é função que nós temos aqui.

Eu quero, desde já, expressar a minha opinião, porque eu fiquei um pouco chocado com a mudança entre a primeira versão e a segunda, que melhorou muito. Mas melhorou tanto que me surpreendeu por que a primeira era tão ruim. Na primeira, que era muito aberta, praticamente não existia a previsão do Regime de Dedicção Exclusiva, e era feito aquilo que tentaram fazer na PEC 443, no Congresso, quando o Presidente Cunha, no meio deste ano, criou a famosa “pauta-bomba”. Quero lembrar aos colegas que o tema do teto foi discutido este ano no Congresso Federal. E o Presidente da Câmara – por enquanto, o Sr. Eduardo Cunha –, na sua guerra com o Governo, colocou em votação a PEC 443, que prevê a vinculação do teto do advogados-gerais da União, dos delegados da Polícia Federal, dos delegados da Polícia Civil, dos procuradores estaduais e dos procuradores municipais ao teto do Supremo, a um custo para o País de R\$ 2,4 bilhões no primeiro ano, chegando a R\$ 10 bilhões em cinco anos. São bilhões de reais! Então, é sobre essa perspectiva que nós temos que discutir. Nós fomos contra o debate que se fez aqui sobre os fiscais da Receita Municipal. Achamos equivocado que se criem elites no funcionalismo público. Nós queremos que diminua a diferença entre a base do funcionalismo e aquelas carreiras mais especializadas, porque alguns vêm aqui e dizem: “Se não nos liberarem o teto, se não nos derem privilégios, nós não vamos arrecadar; se não nos derem a questão do teto, nós não vamos mais advogar bem.” A escolha da

carreira pública é uma escolha para a vida toda. Eu, pessoalmente, vou sair da política e vou atrás da minha carreira; talvez até ser colega dos senhores, porque não quero depender da política para viver. Mas não quero que, na futura corporação que eu ocupe, existam privilégios diferenciados com as outras carreiras. E o teto do Prefeito é o teto do Município, como o teto do Governador tem que ser o teto para o Estado. Doa a quem doer. Ou nós criamos uma ordem jurídica neste País ou o trenzinho da alegria vai continuar existindo pelas mãos do Supremo Tribunal Federal. Não é pela mão dos políticos, é pela mão também das corporações que nós estamos quebrando este País. Podemos falar mal; eu escuto, todo o dia, os ataques contra o PT, tudo é legítimo no jogo da política...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke prossegue a sua manifestação de discussão do PLE nº 023/15, a partir deste momento, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Obrigado, Ver.^a Fernanda. Então, estou sendo absolutamente franco aqui. Eu recebi os colegas com muito respeito, e vou receber sempre, mas um conjunto de coisas não estavam explícitas como deveriam estar, e acho que é a isso que o Ver. Cecchim fez referência. Existia um conjunto de brechas que não foram explicitadas para os Vereadores, e eu não acho isso correto. Eu não acho que é assim que temos que tratar com a coisa pública. Eu gostaria de ter sabido, na apresentação que os colegas fizeram, de todas as brechas possíveis que existiam. E isso não foi explicitado. Existiam várias partes vagas no texto, que foram melhoradas – eu estou reconhecendo aqui –, mas me preocupa terem sido trazidas ao meu gabinete como se nada houvesse. Não acho isso correto, e questionar isso não é questionar a Procuradoria; é querer que o Poder Público se fortaleça em seu todo, desde aquele Agente Administrativo mais básico até o Fiscal da Receita Municipal ou até o Procurador Municipal. Todos têm que crescer juntos.

Se hoje temos dificuldade orçamentário-financeira, todos nós temos que reconhecer essa realidade. Nesse momento em que as carreiras vêm dialogar com o poder político é que temos que discutir, sim, como o Rio Grande do Sul quebrou; existem as pensões que lá estão, que não é o caso aqui, estou abordando outros assuntos do passado para ajudar a

refletir sobre a importância dessas discussões no presente, porque nós estamos projetando o futuro nesse tipo de momento. E eu realmente acho que a situação do Município deve estar muito boa financeiramente, não deve estar faltando dinheiro. Ontem até ouvi o Secretário da Fazenda dizendo que tem superávit, aí todos têm razão de pedir aumento, ou vivemos em dois mundos diferentes?! Porque, pelas informações que temos, a situação financeira da Prefeitura é gravíssima, e nós não queremos que a Prefeitura se transforme num Governo do Estado, independente de partido, aqui. Independente de partido A ou B, todos vamos carregar essas decisões no futuro. Hoje o Rio Grande não tem dinheiro para pagar os servidores. E eu não acho que seja culpa do Governador Sartori, embora tenha muitas divergências da forma como ele trata o assunto. É culpa de privilégios aprovados há trinta anos, há quarenta anos que hoje têm Procuradores estaduais ganhando R\$ 70 mil. Isto é imoral! Pode até ser legal, porque foi na Constituição que se conseguiu deixar uma brecha para o teto, mas é imoral! E nós não queremos que isso ocorra no Município. Nós queremos proteger o nosso Município de todo o tipo de privilégios.

Eu sei que alguns, infelizmente, vão ficar brabos comigo, ou vão debater, mas estes são os argumentos que eu gostaria, de maneira franca e sincera, trazer para o debate. Porque, realmente, eu fui pego de surpresa, tamanha as modificações entre um projeto e outro. Por que era tão aberto o projeto anterior?!

Eu acho que quem escolhe a carreira pública – os colegas – deveria ser apenas regime de dedicação exclusiva, como é na Advocacia-Geral da União, como é, se não me engano, em outras Procuradorias diversas. É uma escolha, e eu não acho que ganhar R\$ 17 mil seja pouco, e que nós estejamos sujeitando alguém aqui a uma vergonha de ganhar R\$ 17 mil. Acho que são esses os debates, e eu já quis apresentar a minha opinião geral aqui, no momento em que abrimos o debate para não ficarmos, a cada Emenda, atrasando ainda mais o debate. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, solicitando que sejam votadas em destaque as Subemendas nº 01 e nº 02 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Primeiro, quero cumprimentar fraternalmente os Procuradores e as Procuradoras, colegas do Município, que já conhecem, sobremaneira, a nossa posição e as dimensões aqui trazidas pelo Ver. Kopittke, por isso não vou repeti-las. Eu quero falar do contexto geral do funcionalismo da cidade de Porto Alegre e das opções de gestão, pois esses elementos também incidem sobre a nossa opinião e sobre a nossa posição sobre esse tema.

Vimos percebendo e acompanhando, nesses últimos 12 anos, um tratamento bastante fragmentado das carreiras, dos cargos dos funcionários públicos de Porto Alegre – para dar uma primeira caracterização. Na verdade, infelizmente, a lógica de quem se organiza, de quem se mobiliza, de quem pressiona e de quem encaminha os seus temas, ela tem liderado em detrimento de um tratamento, de um olhar geral da valorização do funcionalismo público municipal, da necessidade, finalmente, de construirmos uma carreira para todos os cargos, da necessidade de mantermos estimulados e qualificados esses servidores e não exagerarmos em outras duas dimensões que degradam o serviço público e o servidor, que é, de um lado, a terceirização, a qual é bastante penosa para os trabalhadores terceirizados.

Eu já citei, desta tribuna, a situação da educação, onde temos cerca de mil trabalhadoras terceirizadas na cozinha e na limpeza, e o Governo Municipal, o mesmo Governo que encaminha algumas carreiras, veta, por exemplo, Srs. Vereadores, que estão aqui me ouvindo – e sabem que votaram na garantia de 30 dias de férias para servidores terceirizados –, a garantia de 30 dias de férias para servidores terceirizados. Quer dizer, exigir nos seus contratos de terceirização que se garanta 30 dias de férias, ou seja, a posição da Prefeitura nesse sentido é anterior à CLT. Cumprimento o Ver. Elói, que é o nosso Secretário da Administração, sei que essa é uma decisão de Governo, não é uma decisão individual.

Então, isso, colocado num lado da balança, e, do outro lado, encaminhada as carreiras, deixam-nos indignados sobre a postura do Governo Municipal. Poderia falar da situação dos trabalhadores da FASC, que são quase 500 trabalhadores e trabalhadoras, e não é somente a atividade-meio, é a atividade-fim que está terceirizada na assistência social. E nós chegamos a ter, agora no abrigo que a Prefeitura mandou fechar, cinco contratos

diferenciados de terceirização. Essa é uma escolha por gastar menos dinheiro, por não investir em carreira e, do outro lado, supervalorizar uma outra carreira. Não tem como ter o nosso acordo com isso. De outro lado, o funcionalismo municipal passou um ano... E a Procuradoria, nesse sentido, foi muito importante, com um projeto de lei, aqui nesta Casa, que resolvia, em tese, o efeito cascata que nos criava uma parcela autônoma, um abono, e que retirava, ao longo da carreira, direitos e reduzia os ganhos na carreira. A categoria municipal precisou fazer greve para retirar daqui um projeto de lei. Uma greve difícil, dura, que conseguiu arrancar parcelada recuperação da inflação que corrói os salários neste ano. Portanto, ao lado da penúria que alega a Prefeitura de Porto Alegre há a opção de mandar um projeto para cá e gastar alguns milhões numa solução. E eu não quero aqui criticar a solução, eu quero aqui tratar desta dicotomia. Então são muitas contradições. Eu falo de novo, encaminhando, sobre a rede terceirizada de serviços na área da Educação, que é o convênio com creches comunitárias, são 227 creches comunitárias, ou seja, um atendimento terceirizado na Educação, que é um dos serviços essenciais que trabalha com criança de zero a cinco anos. É terceirizado, os convênios são deficitários. Encerro dizendo às trabalhadoras que trabalham no serviço público que a Prefeitura deveria fazer, são duas mil trabalhadoras que ganham, no máximo, R\$ 1 mil e trabalham 40 horas... porque a Prefeitura não consegue priorizar o seu orçamento. Então, esta dicotomia, esta loucura que faz a gestão, quando faz escolhas, e já fez, no caso dos fiscais da Fazenda, criando mais e mais cargos comissionados, como agora, há duas semanas, doze cargos comissionados com um impacto de R\$ 3 milhões. Essa gestão escolhe investir em CCs e não no funcionalismo como um todo, precariza o serviço público, terceiriza o serviço público, parcela a recuperação da inflação e trata mal o conjunto da categoria. Nem falei nos monitores que tiveram o Padrão 7 vetado. Então...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que estão nas galerias, eu quero me manifestar, de forma bastante rápida, em dois

aspectos do projeto que nós estamos discutindo. Primeiro, em relação ao projeto em si. Quando o projeto chegou à Casa, acho que a maioria dos colegas e os próprios procuradores sabem que eu me manifestei contra o projeto, mas, depois, eu li o projeto, acompanhei todas as alterações que foram feitas e provavelmente eu tenha sido um dos primeiros a passar a defendê-lo, e tenho convicção de que o projeto em si será aprovado. Então, vou me deter mais na questão da emenda, que também está em discussão juntamente com o projeto, que tenta fixar o salário dos procuradores ao limite do salário do Prefeito de Porto Alegre. Eu quero dizer que, na verdade, eu sou contra qualquer limitação no salário do servidor a um cargo eleito politicamente, porque a decisão do aumento salarial (Palmas.) se dá de forma política. Nós, aqui nesta Casa, decidimos qual vai ser o salário do prefeito, qual vai ser o nosso salário de vereadores. Perfeito! Mas quando nós tomamos esta decisão, nós não podemos achar que isso não está influenciando na carreira dos servidores públicos, porque, infelizmente, influencia.

A minha categoria profissional, eu sou médico do município de Porto Alegre, e diversos colegas meus ficaram, durante dois ou três anos, recebendo com corte nos seus salários, porque os nossos salários, às vezes, como servidor público, ultrapassa o teto do prefeito, e eu não posso, enquanto servidor público, achar que isso está adequado. Se nós, políticos, se nós, vereadores, decidimos que o nosso teto salarial vai ter um limite adequado, essa é uma decisão nossa, mas isso não pode interferir no plano de carreira dos servidores públicos municipais. (Palmas.)

Então, acho que o salário dos procuradores não pode ficar limitado ao teto do Prefeito, assim como nenhum servidor público municipal deveria ter o seu salário vinculado ao teto do Prefeito, porque faz parte de uma carreira, da construção de uma carreira que, às vezes, levamos anos a construir, e não se pode limitar a uma decisão nossa, como Vereadores de Porto Alegre. Então, eu queria que os meus colegas pensassem nisso, não aprovassem a emenda e aprovassem o projeto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Carlos Casartelli veio a esta tribuna e arrancou aplausos aqui numa discussão que, no meu ponto de vista, era totalmente inconstitucional. O projeto original quer vincular o salário dos Procuradores ao do Supremo Tribunal Federal, isso nos foi trazido e apresentado. Como é que um Procurador do Município quer vincular o salário ao Supremo Tribunal Federal? Você está fazendo não com a cabeça, mas foi assim que veio escrito no original, foi assim que nos disseram e nos venderam, e é assim que está na mensagem original do projeto. Bom, com a retificação, veio uma adequação, mas mesmo a adequação não vincula ao que todo funcionário público municipal, no meu ponto de vista, teria de estar vinculado: se tem que ter um teto, esse teto é o do Prefeito. Por que vincular teto de funcionário público municipal que não seja com o do Prefeito Municipal? E creio que a emenda que o Ver. Idenir Cecchim apresentou é uma emenda corretiva, que dá um padrão. Por que tem que ter categorias distintas dentro do serviço público municipal em referência à questão salarial? Esse é um debate. O segundo debate – eu disse para a Associação, inclusive, o Presidente da Associação discordou de mim no meu gabinete – é que emenda que fiz de que Procurador tem que ser carreira de Estado, cem por cento do trabalho dos Procuradores têm que ser cem por cento do Estado. Essa história de ter um trabalho no Poder Público, e ter um escritório fora, desculpem, não é correto sob o ponto de vista da defesa do serviço público. Temos que remunerar bem os Procuradores, mas Procurador tem que defender o Estado. Ele ter a função no Estado e ser permitido que também tenha uma função privada vão dizer que é legítimo. Sim, mas eu pergunto se este legítimo se sustenta sob a defesa de um Estado? No meu ponto de vista, não se sustenta.

Apresentamos uma emenda que diz que todo Procurador tem que ter dedicação exclusiva como Procurador do Município de Porto Alegre. E é este o debate que estamos fazendo, porque a atividade jurídica, obviamente, tem amplitude, um conjunto de possibilidades. Agora, a defesa do bem público, da estrutura pública, do patrimônio público precisa de uma dedicação exclusiva. É claro que não pode ter a contaminação da disputa privada. É um conceito que defendo. Respeito os que têm opinião diferente, como o Presidente da Associação quando foi ao meu gabinete discutir. Eu respeito, mas aqui é o momento de debatermos isso e verificarmos. Está vinculado à questão salarial? Sim. E também acho que Defensores, Promotores, Procuradores mal pagos é claro que vão buscar outras

alternativas econômicas. Agora, bem pagos – com tranquilidade para si e suas famílias, com tranquilidade estrutural – potencializa, harmoniza; com plano de carreira, com formação técnica profissional, com possibilidade de integração, de discussão, de seminários, de viagens, tudo em prol da carreira, isso tem que existir, tem que ser valorizado. No meu ponto de vista, Procurador do Município devia ser 100% exclusivo Procurador do Município. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; creio que o Ver. Engº Comassetto se emocionou e esqueceu os óculos aqui. Ver. Engº Comassetto, o debate é importante. Este projeto teve entrada aqui na Casa em agosto de 2015, e a primeira preocupação e suscitação, quando a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça – tomou conhecimento da chegada do projeto na Casa, era se não havia impacto financeiro com o projeto. E nós, de imediato, fomos analisar o projeto e verificamos que havia impacto financeiro, e é muito claro no sentido de que ele está em conformidade com o limite de gastos com as despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida. Nesse sentido, a primeira investida contra já foi suprida. E nós, na CCJ, debatemos este projeto. Nós exaurimos essa matéria. Inclusive, Ver. Idenir Cecchim, como Presidente da CCJ, eu recebi vários questionamentos a respeito do projeto. Vários. Foram mais de uma dezena de questionamentos, e muitos deles estavam contemplados no próprio projeto; porém, três dos questionamentos não estavam contemplados. Aí, havia a necessidade de supri-los: quais os critérios que são utilizados para definir o número de procuradores; se existe Procuradoria Setorial no Município onde estão; e, em existindo, quantas estão em atividade e para qual secretaria prestam atendimento. Nós, então, encaminhamos um pedido de diligência ao Sr. Prefeito, que foi encaminhado à Procuradoria, que, através da Procuradora Cristiane – Procuradora-Geral –, respondeu e supriu todos os questionamentos que nós suscitamos. Ver. Dr. Goulart, foram mais de dez, precisamente foram 16 questionamentos. Dos 16, 13 estavam supridos no projeto; não havia necessidade de submeter o questionamento, Ver. Paulo Brum. Mas três não estavam,

então, nós solicitamos diligência e foram supridos os questionamentos, inclusive com um demonstrativo, uma relação das Procuradorias Especializadas, com o número de Procuradores Municipais e onde estão. E nós opinamos, Ver. Manfro, pela inexistência de óbice porque o projeto é meramente constitucional e está dentro da previsão legal. Na ocasião em que colocamos em votação na CCJ, alguns Vereadores procuraram entender melhor o projeto, suscitaram algumas dúvidas, o que foi, de plano, esclarecido. De forma que o projeto é completamente constitucional, ele está adequado aos princípios que regem a administração e nesse sentido eu subo à tribuna para parabenizar os procuradores que ainda estão aqui, embora o avançado do horário, parabenizá-los pelo trabalho que têm desenvolvido na nossa Cidade e também para parabenizá-los pelo empenho que têm. E eu não vou ler números aqui, porque dispensa, mas há carga excessiva de trabalho que cada um desenvolve. Ainda ontem eu estava na Procuradoria de Regularização Fundiária tratando de uma demanda, como sempre fui muito bem atendido, as demandas encaminhadas. Então eu subo à tribuna para dizer que este projeto hoje será vitorioso e vai ser aprovado por nós. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLE nº 023/15.

Apregoo a Subemenda nº 04, de autoria do Ver. Engº Comassetto, à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 04 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa-tarde a todos e todas, não é um projeto simples, e isso já ficou muito claro, porque há algumas semanas ou meses, existia um outro projeto, e agora nós estamos aqui nos debruçando sobre a Mensagem Retificativa. E quero agradecer à liderança do Governo que fez uma tabela indicando as alterações do texto original e nas alterações constantes na Mensagem Retificativa, documento este que nos chegou agora, no final da manhã. Não era um documento obrigatório, quero lembrar,

mas auxilia na compreensão, nesse paralelo. Então, vejam, estamos aqui tratando de um projeto que trata de inúmeras outras repercussões, inúmeras outras discussões jurídicas em andamento, e a nossa posição, a do Partido dos Trabalhadores, foi muito clara, principalmente quando se debateu o projeto da Fazenda, que sequer dava isonomia dentro da Secretaria da Fazenda. Então, a nossa posição contrária ao projeto foi justamente resgatando este princípio da isonomia entre os servidores públicos.

Temos dúvidas. Sabemos da emenda do Ver. Cecchim. Nós mesmos, do Partido dos Trabalhadores, temos uma emenda. E eu trago alguns pontos, são mais dúvidas. No tema isonomia, aqui eu tenho os pontos 11 e 12, que tratam das progressões e do vencimento básico. Nas progressões, para mudar de alínea, a regra geral são três anos. Pela Mensagem Retificativa, na Procuradoria tínhamos dois anos, um ano a menos para mudança de uma alínea a outra da remuneração. Portanto, me parece uma quebra de isonomia. Na questão do vencimento básico, a remuneração – vou ler o que era o texto original: determinava a isonomia de vencimentos, a legislação original, que a PGM não poderia ter um vencimento básico superior aos demais servidores, fixados em torno de R\$ 1.900. Foi alterado. A alteração da Mensagem Retificativa diz que os Procuradores já recebem o valor do vencimento básico, que é R\$ 1.900, mais a gratificação de GRPO de R\$ 3.700. O vencimento básico proposto resulta na soma dos valores já recebidos, totalizando R\$ 5.740. Então, houve uma redução para R\$ 5 mil, com a Emenda na Mensagem Retificativa.

Então, vejam, também teremos aqui dois básicos: o básico da Procuradoria e o básico geral do Município. Então, pego aqui o tema na isonomia para dizer que há problemas de isonomia no projeto.

Acho que o Ver. Alberto fez a primeira manifestação pela Bancada e colocou inúmeros pontos que nos contemplaram. No fundo, nós estamos tratando das funções públicas do Estado. Queremos que o Estado – no sentido macro, não estou falando o Rio Grande do Sul, mas enquanto ente político – tenha uma função efetivamente pública. Escutei que foi retirada a emenda, não sei o que é a outra emenda que o Ver. Engº Comassetto apresentou, mas levanto o debate da advocacia exclusiva, apesar de tratar aqui da questão dos regimes de trabalho.

Um outro ponto, que é o ponto 16 neste quadro comparativo, diz, quanto ao subsídio, na Mensagem Retificativa, que, se o cargo de Procurador-Geral for ocupado por um CC,

alguém que não é do quadro, a sua remuneração fica igual a dos Secretários Municipais. Se for ocupado por um Procurador Municipal, será acrescida gratificação no valor de 130% de seu vencimento básico: R\$ 6.500,00, ou seja, R\$ 17.250,00 mais R\$ 6.500,00. Ficaria uma remuneração de R\$ 23.750,00. Então, sendo CC, é a remuneração dos Secretários Municipais; sendo Procurador, a remuneração é de R\$ 23.750,00.

Então, vejam, eu estou aqui mais levantando problemas e questionamentos para dizer que um projeto desta complexidade – com discussões jurídicas, inclusive, em curso neste momento, no STF, em tribunais superiores – nos coloca numa posição muito delicada, inclusive, de análise. Não estamos aqui desconfiando da opinião que nos trazem, mas a gente sabe... O Ver. Cleiton disse que um tempo atrás, lá no Tribunal de Justiça... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...no setor de jurisprudência do Tribunal – eu não peguei esta fase –, o servidor que atendia dizia: “Você quer jurisprudência contra ou a favor? Porque eu tenho as duas”. Então, há aqui possibilidades de interpretação. Nem estou entrando na questão do teto, porque, aqui, a folha preparada pela base do Governo diz que foi alterado, foi suprimido o art. 13, portanto, volta o teto salarial vinculado ao subsídio do Prefeito como ocorre com todos os demais servidores. É o que discutíamos ali com os colegas da Procuradoria.

Então, por um lado, poderíamos entender que estamos meramente repetindo o que a lei já diz: o teto é o do Prefeito; por outro lado, podemos estar criando uma diferenciação ao dizer que na PGE é o teto dos Procuradores. São dois argumentos válidos, sustentáveis, e nós estamos aqui levantando esta problemática. Gostaríamos de ouvir outras opiniões, de outros Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. DR. THIAGO: Boa tarde, caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu estava conversando com o Ver. Cristaldo sobre o fato de que, às vezes, eu também não entendia muito bem o que estava acontecendo aqui. Foram faladas diversas outras coisas que não têm a ver com o projeto em tela. Bom, se é repercussão disso, se é repercussão daquilo,

não é o projeto em tela. Se as pessoas têm dificuldades com a Procuradoria, com alguma situação, então que acabem dirimindo suas dificuldades, mas não para discutir num projeto que não tem nada a ver com isso.

A segunda coisa é que esse projeto vem, Ver. Cristaldo, só com três anos de atraso! E eu sei porque eu estava aqui. A Lei Orgânica da Procuradoria foi votada em 2012, também com dificuldade. A gente sabe! Mesmo quando há melhorias, é difícil mudar algumas situações, é difícil se empregar necessidade de um Procurador em algumas Secretarias, em alguns setores do Executivo. Isso, às vezes, é complicado.

Quero dizer que nós não queremos, Ver.^a Sofia, voltar aqui ao tempo da terceirização da parte advocatícia do Município. Nós não queremos! Nós não queremos “cubanizar” a Procuradoria do Município! Nós não queremos! Essa história do caranguejo, de puxar para baixo, de estabelecer lutas de classes para dividir os servidores públicos, nós não achamos correto! (Palmas.) E eu convido os colegas que estão, não na oposição, porque a oposição pode fazer essa divergência com muito mais intensidade, mas os colegas do Governo, da base do Governo, a pensarem em algumas questões, como por exemplo o tratamento isonômico da Procuradoria com a Fazenda. Nós temos que ter o mesmo tratamento! Se o projeto dos fazendários veio para cá e foi aprovado em 15 dias, dando enormes benefícios, que nós sabemos, e que isso pode melhorar o caixa do Município, nós temos que usar o mesmo conceito para o projeto da Procuradoria. E vou citar só um exemplo aqui: só da setorial do DMLU, êxito na defesa dos apontamentos do INSS, R\$ 23 milhões; êxito na execução do seguro contratual, R\$ 1.263.000,00; desobrigação do pagamento de dívida trabalhista, R\$ 1.052.000,00. Isso foi só o que aquela Procuradoria Setorial retornou aos cofres do Município. (Palmas.) Depois nós vamos encaminhar a emenda, ela está destacada, mas ela causa um extremo constrangimento. Eu posso dizer isso porque eu voto contra o Prefeito muitas vezes. Agora, quando o projeto é bom e é bom para a Cidade, eu venho a esta tribuna defender o que o Prefeito mandou para cá, que é este projeto da Procuradoria. E quero dizer que não tenho nenhum CC no Governo, eu não me amarro a isso, eu não estou atrelado a isso, eu venho aqui defender porque entendo que este projeto é bom para o Governo. E nós vamos estar criando um sério constrangimento para o Prefeito, porque – se aprovamos a emenda, tanto esta como a de Dedicção Exclusiva, se colocarmos no texto da lei – ela é francamente inconstitucional. Pelo amor de Deus, isso é comezinho! É francamente inconstitucional! Se o Prefeito

assina, ele vai estar assinado um projeto inconstitucional; se ele veta, é pior ainda, é um constrangimento extremamente grande, e, sem dúvida nenhuma, a oposição, no seu papel, está fazendo. Eu peço a reflexão sobre esse processo. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos, sim, de uma Procuradoria livre. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Mauro, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, estou falando aqui em meu nome e em nome do meu partido, mais uma vez, e também em nome do Ver. Paulinho Motorista. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto que – repito – regulamenta a Lei Orgânica da PGM. Este momento é de uma importância extraordinária para conversar um pouco sobre aquilo que eu penso – respeito todas as posições contrárias – como Vereador de Porto Alegre, mas, antes de mais nada, como funcionário público desde 1975. Trabalhei – repito – na União, no Estado, e estou aqui no Município, com 40 anos e 25 dias, hoje, de serviço público. Vereador Dr. Raul, aqui se falou do teto. Eu assumi como Contador do Ministério da Fazenda, fui chefe, chefinho, chefão, fiz um concurso para o Estado e passei, assumi como Contador do Estado. Eu saí da União, Ver. Villela, e vim para o Estado. Eu passava em tudo que é concurso – sem modéstia –, fiz um concurso para Fiscal da Receita Federal, tirei o primeiro lugar no Rio Grande do Sul, terceiro lugar no Brasil, com mais de 50 mil candidatos. Fiz o concurso para a Receita Federal do Brasil, assumi, Ver. Mario Manfro, em Brasília e, sem modéstia, eu lecionava no Brasil inteiro. Eu dava aula de finanças, orçamento, tributos, eu era bom na história, desculpem a falta de modéstia. Fiz concurso para o Estado – o Ver. Janta sabe disso – para o cargo de Fiscal da Receita Estadual, passei e vim para o Estado; passei também nos primeiros lugares. Por quê? Porque, na verdade, não tinha teto, mas o teto tem que ser único, um teto só. Aí eu começo a divergir daqueles diversos que me antecederam. Por que o Procurador do Município de Porto Alegre, meu caro Ver. Elói, tem que fazer concurso em Porto Alegre? E tem que sonhar: “Bom, se eu quero, no fim de carreira, ganhar um pouco mais, eu tenho que ir para Brasília.” Se tivesse teto, subteto, como há hoje – e eu estive

batalhando em Brasília para o teto único na Afisvec, eu era Vice-Presidente. Se tivéssemos esse teto de hoje, só louco faria o que eu fiz: sair da União e vir para o Estado, para ganhar menos, pois o teto é menor! Não me venham com histórias de que eu, Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, sou menos importante que o Fiscal da Receita Federal. Não sou! (Palmas.) E não me venham dizer, V. Exas., que o Procurador do Município de Porto Alegre tem que ser um procurador de terceira categoria. Não me venham dizer isso! (Palmas.) Nós prestamos serviço público para o País! Ou será que o cidadão de Porto Alegre tem que pensar assim: “Se a causa é de Brasília, eles são ótimos, os melhores, ganham mais, eles vão cuidar; e nós, aqui de Porto Alegre, não, porque aqui, tem que ganhar bem, nós somos terceira categoria”. Não tem terceira categoria, somos iguais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Meu caro Ver. Alex, o professor municipal, o professor estadual e o federal, qual é a diferença de importância nesse contexto? Nenhuma. Portanto a primeira tese, que defendo há 40 anos, é teto único.

A segunda historinha: o limite de remuneração do Sr. Prefeito Municipal, do Governador do Estado e do Presidente da República. Nada a ver! Por quê? Porque nós somos funcionários de carreira! Nós somos funcionários concursados! Nós não podemos ficar na mão... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato prossegue a sua manifestação de discussão do PLE nº 023/15, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Rubem Berta.

O SR. AIRTO FERRONATO: Obrigado. Por que nós, homens e mulheres, que fizemos das nossas carreiras de vida, de história e de humanidade? Por que nós precisamos, devemos e somos obrigados a ficar atrelados a um salário político durante quatro anos? Por quê? É teto único para o País inteiro, sem essa vinculação que se pretende fazer ao Prefeito. Eu vi o Vereador dizer uma coisa interessante, que, para mim, o teto deve ser único e que vocês tenham dedicação exclusiva, com teto único, procuradores do Município de Porto Alegre, da Capital dos gaúchos, uma das mais adiantadas capitais do

País. Nós somos obrigados a ficar atrelados a um teto de R\$ 15 mil e somos obrigados à carreira de Estado – com o que eu concordo – e à exclusividade – com o que eu também concordo. Agora, a exclusividade tem que ser, Ver. Villela, exclusividade de Estado, com remuneração justa. (Palmas.)

Para as senhoras e os senhores que nos escutam aqui prestarem atenção, lá no item 12, Ver.^a Sofia, o procurador recebe o valor do vencimento básico de R\$ 1,9 mil. Aí, não querem com penduricalhos. Toda vez que se fala em penduricalho, não pode. São R\$ 1,9 mil, olhem que base maravilhosa! Mais, mais, mais, R\$ 3,7 mil de Gratificação de Produtividade. Então nós precisamos compreender o tamanho da remuneração.

Vou falar mais uma coisa. O Ver. Cecchim, que é meu queridíssimo amigo há 40 anos, agora, vai me xingar bastante, vai dizer que eu falei – até tem razão –, mas são posições divergentes, as quais eu respeito. Ontem, eu falei com um cidadão, ele tem um imóvel, um terreno, e, como estava um pouco embrulhado, ele vendeu por R\$ 3,75 milhões. Ver. Raul, R\$ 3,75 milhões! Ele tem três filhos, R\$ 750 mil para cada filho na venda de um imóvel de R\$ 3,75 milhões. Sabe quanto o advogado pediu pela causa, e ganhou? Pediu e ganhou R\$ 750 mil, numa causa só, talvez lendo algumas normas necessárias. Agora, um procurador, que trata de todos os assuntos administrativos e jurídicos de uma Prefeitura da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, precisa ganhar R\$ 15 mil – salário do Prefeito – mais, mais, mais, desde que tenha dedicação exclusiva. Está errado. A iniciativa privada, e nós saímos dela porque quisemos, viabiliza grandes ganhos. Viabiliza numa tacada só. Talvez um golpe de sorte, meu caro Mário. Agora, nós precisamos compreender o contexto todo desta máquina.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. AIRTO FERRONATO: O quê? Mas pelo amor de Deus! É a União fazer a parte dela e o Estado e Município. Graças a Deus, quanto mais gente na contabilidade – não fale dos fiscais – na fiscalização, na Procuradoria, e professores, sim, minha querida, Ver.^a Sofia, nós melhoramos este País. E melhorar o País é ganhar bem!

Sabe que esses dias quase me mandaram embora do partido. Recebi um WhasApp do Governador do Estado dizendo que temos sorte porque temos estabilidade. Está bem. Aí mandei dizer que era bom ele ficar quieto, talvez fale demais, diga alguma bobagem, e os

caras do meu partido começaram a me xingar dizendo que nós tínhamos estabilidade. Partido que não prega a estabilidade do setor privado e público não tem minha grande admiração. Nós precisamos defender estabilidade para todo trabalhador brasileiro. E porque eu defendo a empresa, eu compreendo que, com a estabilidade, com regras de estabilidade, nós avançaremos para um País melhor, mais justo, mais humano e mais fraterno, porque esses que dizem não à estabilidade – e não é o caso do Ver. Cecchim... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, procuradores que aqui se encontram, eu acho que o Rio Grande do Sul e a nossa Cidade não podem mais perder servidores. Acho que o Ver. Ferronato foi muito feliz, aqui. Tem sido muito feliz no dia de hoje, está inspirado, me fez até tirar uma emenda minha, por sua clareza, e novamente: foste muito inspirado. Tu falando me veio à mente o quanto nós podemos perder de profissionais brilhantes, servidores brilhantes do quadro do Município, do quadro do Estado, da nossa Universidade Federal, no nosso Hospital de Clínicas, do Conceição, por nós termos, na prática, um discurso e na hora fazermos outra coisa, por discriminação, por acharmos que pessoas são diferentes de outras.

Se nós pregamos a valorização do servidor público, essa valorização tem que ser em todas as esferas. Se nós achamos que os melhores advogados, que os melhores servidores públicos na área da medicina, na área da educação, na área jurídica estão em Brasília, em São Paulo, ou Minas, ou no Rio de Janeiro, é porque, muitas vezes, nós não damos condições para esses profissionais ficarem aqui. E acho que nós temos que começar a dar condições para esses profissionais ficarem aqui. Eu acho que esse projeto chegou aqui à Câmara, e muitas dúvidas os Vereadores tiveram. Esse projeto, que o Thiago mesmo disse, quando conversávamos ali, ele veio para regulamentação da Lei Orgânica, em 2012, logo que chegamos aqui, nesta Casa. E, agora, é a regulamentação dessa Lei de 2012, e muitas reuniões fizemos desde que esse projeto chegou aqui, em agosto, e agora se faz, novamente, uma regulamentação e se vê a possibilidade da

dedicação exclusiva dos Procuradores. Eu tenho críticas aqui, como todos os Vereadores têm. Várias vezes, nas Comissões, seja na COSMAM, seja na CUTHAB, nós precisávamos da presença dos Procuradores e aqui não estavam. Talvez seja uma falta de interlocução da Câmara com a Procuradoria, eu acho que isso tem que melhorar. Talvez seja a não explicação da necessidade da Procuradoria estar aqui presente nas reuniões das Comissões, de não saber sobre a importância das reuniões das Comissões e da importância de a Procuradoria estar junto e ver os debates que esta Casa trava. Esse é o aperfeiçoamento que se espera que tenhamos no futuro. Agora, não podemos perder pessoas qualificadas, e eu sou prova disso, quando nós tivemos a necessidade de ter a consultoria de Procuradores aqui, nesta Casa, e que hoje não estão mais, mas estiveram aqui, nesta Casa, e muito nos ajudaram e muito nos auxiliaram.

Então, eu acho que, como nós não podemos perder Procuradores, nós não podemos perder médicos. O Ferrinho deu um depoimento claro aqui dos auditores fiscais, pessoas que ajudam na arrecadação do Município. Então, eu acho que esse projeto foi muito discutido e muito debatido. Eu acho que esse projeto tem um aprimoramento e acho que podemos aprimorá-lo mais ainda. Agora, nós não podemos perder pessoas que conhecem as leis do nosso Município, pessoas que estão aptas a representar o nosso Município e a população de Porto Alegre, porque, se nós pregamos a valorização dos servidores, temos que valorizar os servidores em todos os níveis, principalmente os Procuradores do Município. Então, nós esperamos aprovar esse projeto, ou discutir melhor esse projeto, mas temos que aprovar esse projeto, já que ele foi discutido por toda a Casa. As emendas vêm aprimorar esse projeto, principalmente, porque prevê a dedicação exclusiva dos Procuradores, prevê que os Procuradores vão estar à disposição do Município. E que a Casa, o conjunto de membros desta Casa, faça uma reunião com a Procuradoria do Município e explique que as Comissões, principalmente a CUTHAB, a COSMAM e a CEDECONDH, têm necessidade de ter um Procurador presente nas suas reuniões, discutindo os temas importantes da cidade de Porto Alegre. Com muita força, fé e solidariedade, com certeza a Cidade manterá seus melhores quadros para lutar pela população de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria fazer uma pequena leitura simples do Art. 77 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre: “Nenhum servidor ou funcionário de Porto Alegre poderá perceber, a qualquer título, remuneração total ou superior à percebida pelo Prefeito Municipal.” É só uma pequena leitura. Eu não sou Procurador, nem advogado, por isso eu posso me atrapalhar, e vocês vão me perdoar. Agora, eu não entendo por que a minha emenda não serve, se está escrito aqui na lei. E vocês, Procuradores, têm a obrigação de defender a lei municipal, pois são procuradores do Município. Não são Procuradores de uma corporação. São obrigados, por lei, a defender aquilo que está escrito na lei, e o não fazem! Secretário de Administração do Município, Elói Guimarães, V. Exa. que está aqui prestigiando esta Sessão, V. Exa. também é Procurador, e, além de Procurador do Município, é Secretário de Administração, o senhor deveria ser o primeiro a pedir para que cumpram essa lei e não o vejo fazendo isso. Vejo ao contrário, vejo-o pedindo para não votar em tal ou tal emenda. Lamentável! Lamentável! Eu imagino pobre do Prefeito Fortunati, a pressão que ele recebe todos os dias! Fazem uma chantagem para aprovar isso! E ameaças! Pobre do Prefeito! Pobre do Prefeito que tem na sua Procuradoria uma Promotoria. Promotoria! O concurso para Promotor é outro. Aqui tem que fiscalizar; ajudar a administração a não fazer bobagem; tem que fazer isso! Tem que denunciar quando um servidor faz as coisas erradas. Tem que fazer! Agora, tentar, como foi o início do projeto que veio para cá, tentar fazer pensar que os Vereadores aqui não leem ou não interpretam; isso não! O jeito com que esse projeto veio para cá foi um deboche com os Vereadores! Foi um deboche para a Câmara de Vereadores, o que vocês fizeram. Eu não sei quem escreveu o projeto, mas fizeram isso: um deboche! E, por isso, esse projeto não foi votado até agora, e não deveria ser. Não deveria ser! A população não merece isso numa época de crise, em que todo mundo está perdendo emprego, Ver. Ferronato. Cadê o Ver. Ferronato? Eu não vou dizer aqui que o Ver. Ferronato foi responsável sua falência dele; ele não faliu não; quem o faliu foram os bancos – o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal. Ele tinha boa vontade, ele é um homem trabalhador. Não foi por incompetência do Ver. Ferronato.

Então, eu vejo aqui uma diferença dos Vereadores que estão perto do teto ou passando o teto; e quem é funcionário do Município, quem não é funcionário do Município, o discurso é diferente. O discurso é diferente! Muito diferente, Ver. Dr. Thiago! E V. Exa. parece aquele gringo que dá graças a Deus quando o parreiral do outro é destruído. A sua subemenda de querer arrastar a Fazenda junto é como o caso daquele gringo ciumento e invejoso que pergunta: como é que ficou o parreiral do vizinho depois da tempestade? E o filho diz: aquele ficou pior que o nosso. E ele diz: graças a Deus!

Essa sua proposta é como a desse gringo. Desse gringo que quer ver a desgraça do outro junto com a sua. E isso não é bom para ninguém. Ninguém quer que a Procuradoria ganhe pouco não! Eu quero que ganhem bastante, mas que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim prossegue a sua manifestação de discussão do PLE nº 023/15, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. IDENIR CECCHIM: Que fique claro quanto ganha um Procurador. Eu acho que tem que começar com R\$ 15 mil. Está bom, comece com R\$ 15 mil, mas não venha com essa coisa de R\$ 1.900,00, mais isso, mais aquilo, mais aquilo! Todo mundo que vai fazer o concurso sabe que o concurso é para Procurador do Município. Não é vergonha nenhuma ganhar mais do que eu – se eu fosse motorista da Prefeitura. O Procurador tem que ganhar pela qualidade do seu trabalho e tem que começar com salário alto. Não pode uma classe toda ser obrigada a vir aqui, nas galerias, mendigar para que os Vereadores aprovem, não precisa disso! Os Procuradores não precisam disso! Tem que colocar um salário alto! O Prefeito também precisa ganhar mais. Aqui há muita hipocrisia e o Vereador fala: eu não quero ganhar aumento, porque o que irão dizer? Não! Quem é Vereador e se comporta como Vereador sério tem que ganhar bem! Procurador tem que ganhar bem! O Prefeito tem que ganhar bem, igual ao mais do que todos nós, porque ele é responsável pelo Município inteiro. Agora, fazer demagogia aqui? É muito mais fácil fazer um discurso a favor dos Procuradores! Quem me escolheu para inimigo foram os próprios Procuradores, dizendo que eu sou o seu segundo inimigo. Eu não sei por que; eu nunca fiz nada para nenhum Procurador para me escolherem como segundo inimigo. Mas, eu fiz quase oito mil votos para defender o interesse da população de Porto Alegre,

desses que estão me cobrando para ver se pagam ou não pagam o que os Procuradores querem. Eles querem 90% do salário do Supremo Tribunal Federal e isso é um absurdo, isso é um deboche! Vocês não são do Supremo! Vocês são Procuradores do Município de Porto Alegre! E assumam isso! Quando assumirem que são do Município de Porto Alegre, podem brigar que eu sou parceiro. Agora, não queiram ser uma casta separada porque não são! São funcionários, servidores do Município de Porto Alegre com o título de Procurador, que é importante, e vocês devem se orgulhar disso. Têm que se orgulhar de ser Procurador, não é qualquer um que é Procurador do Município. Mas não precisam fazer igual ao Ver. Dr. Thiago que faz média com todas as corporações. Ele não olha, faz aceno com o chapéu público, com dinheiro público a todo o momento! Eu não sou assim. Não preciso fazer isso, não vou fazer. Não sou funcionário público, não fiz concurso, não tenho o direito de fazer isso, mas tenho a obrigação, como cidadão, como pequeno empresário que sou deste Município! E pago imposto em dia. Em dia! Ninguém foi tão fiscalizado como eu nos últimos 15, 20, 30 anos, desde que começou a Administração do PT, porque eu fazia a convenção do meu partido dentro da minha empresa e sofria toda a fiscalização possível, impossível e inimaginável. Então, eu posso falar, porque cumpro com os meus deveres, eu pago imposto e venho trabalhar como Vereador porque gosto e tenho a obrigação de defender o Município contra as anomalias. E isso que se está propondo aqui é uma anomalia.

Eu não vou falar aqui – e deveria falar – que teve uma liminar contra o Município de Porto Alegre que durou 25 anos. Vinte e cinco anos! E aí? Vinte e cinco anos, uma liminar contra o Município de Porto Alegre! É de ficar em silêncio, sim. É. É de ficar em silêncio. Mas eu estou fazendo aqui a minha obrigação de dizer o que eu penso, sem entrelinhas, sem subterfúgios de dizer que é uma coisa e é outra.

Este projeto foi mudado muitas vezes porque veio para cá malfeito e de má-fé, provavelmente, para enrolar Vereador. Eu não me considero muito inteligente, mas também nem tão burrinho assim. E eu digo para todo o mundo que o mais burrinho daqui é Vereador, dos 36. Tenho respeito por todos aqueles que receberam votos, como tenho respeito por quem já fez concurso público e merece estar na posição que está.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, à Emenda nº 02 ao PLE nº 023/15.

O Ver. Dr. Cristaldo está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. DR. CRISTALDO: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, eu queria, aqui, agradecer aos colegas, porque já tive a oportunidade de estar nesta Casa em outras vezes, e sempre que venho a esta Casa – eu sou Suplente de Vereador – eu encontro uma batalha grande como a que está acontecendo hoje.

Fui Vereador por doze anos em Viamão, então tenho uma experiência política, sou médico, sou cirurgião plástico e sou médico do Município. Então, trago algumas considerações interessantes a fazer que eu penso que vão engrandecer muito a discussão que está sendo feita nesta Casa.

Um médico do Município é contratado como técnico-científico, o salário desse médico, para 40h, é de R\$ 6 mil. Nós temos, aqui nesta Casa, alguns médicos do Município: os Vereadores Dr. Thiago, Dr. Raul Fraga, Dr. Goulart e eu. O salário do médico do Município é de R\$ 6 mil. O que eu tenho para dizer a vocês com relação a isso? Falta médico no Município, a saúde está doente, quando se chega a uma emergência, há vários, e vários, e vários pacientes atirados pelo chão, atirados em macas, porque não se tem um bom atendimento médico. Existe sorteio para decidir quem vai viver e quem não vai viver. Por que isso? Porque o médico é mal remunerado; porque não existe investimento adequado na saúde neste Município, neste Estado e neste País. Gente, eu lembro que quando eu comecei a fazer Medicina há muito e muito tempo, os médicos, naquela época, eram pessoas bem-sucedidas financeiramente, eram pessoas que viviam em uma situação excelente, eram pessoas que não se preocupavam com convênio. Hoje os médicos acabaram empregados de convênios. Hoje os médicos que, há 20 anos, sobreviviam de uma maneira excelente, estão com 80 anos e têm que trabalhar para poder sobreviver, para poder manter a qualidade de vida que tinham antigamente, pela decadência da Medicina, pela decadência do pagamento que tinham e pelo crescimento dos convênios. Quem de nós aqui, que estamos aqui hoje, não tem convênio? Todos temos convênio!

Eu estou fazendo uma relação e coloquei o médico nessa situação porque eu acho o médico tão importante quanto o procurador. Eu não me queixo se eu sou mal remunerado

financeiramente, porque eu sou muito bem remunerado, porque sou cirurgião plástico e muito bem-conceituado aqui em Porto Alegre. E acho, gente, que eu não estou aqui para discutir salário, baixar salário de qualquer profissão que existe neste Município. Eu acho que os procuradores são excelentes profissionais, eu acho que os procuradores, para exercer uma boa função, têm que ser bem remunerados. (Palmas.) Eu acho que os procuradores têm que ter uma boa remuneração para que não aconteça o que aconteceu com a Medicina, para que não aconteça o que está acontecendo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Cristaldo prossegue a sua manifestação de discussão do PLE nº 023/15, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

O SR. DR. CRISTALDO: Eu acho, eu não acho, eu tenho certeza que vocês têm que ser bem remunerados, eu acho que vocês exercem uma função e, pelo que o Ver. Dr. Thiago me mostrou aqui, os ganhos de causa de vocês para este Município foram ganhos fabulosos, não foi ninharia em termos de dinheiro, são milhões. Então, gente, depois dessa relação que eu fiz entre a Medicina e entre os Procuradores, eu tenho certeza absoluta de que vou sair daqui desta tribuna e todos os Vereadores aqui presentes vão pensar que não querem que os Procuradores terminem como os médicos. Se podem ganhar mais, vão ganhar mais. Eu acho isso uma coisa necessária para a sobrevivência da classe e para que a classe possa exercer bem a sua profissão. Obrigado, gente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 023/15.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15, por cedência de tempo do Ver. Delegado Cleiton.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu só quero chamar à atenção porque hoje nós estabelecemos aqui uma discussão que é maior que o projeto. É muito maior que o projeto. É uma discussão sobre visão do Estado, é uma discussão sobre visão da Administração Pública, é essa a discussão que nós estabelecemos aqui. Nós estabelecemos uma discussão na qual alguns Vereadores que, legitimamente, são a favor do Estado mínimo, e outros não. Eu não sou a favor do Estado mínimo. Nós estabelecemos aqui uma discussão onde nós queríamos uma Procuradoria Pública e de qualidade, ou se nós queríamos voltar às terceirizações nefastas aos cofres públicos do Município de Porto Alegre. Nós estabelecemos essa discussão. E eu quero dizer com muita tranquilidade que eu entrei na Prefeitura pela porta da frente, por um concurso público, e sei o que é ser servidor público, defendo o servidor público, se quiserem colar em mim esse selo, coleme, porque ele é produtivo, ele é o correto e é aquilo que eu acredito. (Palmas.) Nós, ao fragilizarmos a Procuradoria do Município, estaremos fragilizando o Município de Porto Alegre, não tenham dúvida nenhuma senhores. E eu não sou da política do caranguejo, Ver. Idenir Cecchim. Eu fui o único Vereador que, em 2012, junto com o Ver. Nedel, se posicionou, inclusive, a favor do aumento do salário, da remuneração do subsídio dos Vereadores. Nenhum dos outros colegas, à exceção do Ver. Nedel, se posicionou naquele momento. Se nós tivermos uma remuneração melhor na Procuradoria, dos médicos, na Fazenda, na Câmara de Vereadores, nós vamos selecionar, sim, melhores pessoas. Nós vamos estar evitando a corrupção, sim. Sim! Eu não quero que aconteça na Procuradoria, Ver. Dr. Cristaldo, assim como acontece na Secretaria da Saúde, em que o médico entra e, como é baixa a remuneração, ele sai dois meses depois. O Prefeito Fogaça fez um enorme esforço, chamou 256 médicos numa tacada só e menos de 10% permanecem no Município, porque recebem mal, porque recebem uma remuneração baixa.

Então, eu quero ser bem claro nisto, dizer que eu não vou aceitar provocação justa do Ver. Idenir Cecchim, mas eu não gostaria de aprovar minha emenda, minha subemenda. Não gostaria, mas, se vale para a Procuradoria, tem que valer para todos. Se o teto do Prefeito acabar valendo para a Procuradoria, tem que valer para todos. Nós não podemos, cada vez mais, bipartir, tripartir, quadripartir o funcionalismo público. E eu acredito profundamente num serviço público de qualidade, e isso é fundamental para o

reerguimento e para a manutenção da Prefeitura de Porto Alegre. Contra a cubanização da Procuradoria. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho ouvido serenamente todos os debates que têm ocorrido em torno deste projeto de lei, cuja votação, acredito eu, deve estar mais próxima do que já esteve.

Em primeiro plano eu quero dizer, Ver. Ferronato, que não acolho a inquietação indiretamente levantada por alguns de que estejamos querendo patrolar a Casa, impondo um projeto que não tenha sido bem discutido. Os meus colegas da base sabem que, há cerca de 60 dias, estamos debruçados sobre esse projeto, quase que em regime de exclusividade, e que, em função dessa nossa atuação junto com o nosso Líder, Ver. Kevin Krieger, nós obtivemos profundas alterações no projeto de lei original, que tinha algumas incorreções que, a juízo dos companheiros que integram a base partidária, a base do Governo Municipal, mereciam ser corrigidas. Levamos essas preocupações ao Prefeito, autor do projeto, discutimos com a Procuradoria, obtivemos as alterações. Do total de 21 colocações por nós feitas, 12 tiveram resultados positivos, foram atendidas plenamente, e, sobre algumas outras, foram-nos dadas explicações que nós julgamos, Ver. Sabino, razoáveis; compreendemos essas outras situações. Algumas persistem, e o Ver. Kevin fez emendas, nós fizemos emendas; nós também estamos procurando fazer o melhor projeto possível de uma matéria que, como aqui já foi dito várias vezes, tem que ser concluída na medida em que ela ocorre com dois ou três anos de atraso porque regulamenta uma lei que a Casa votou e que aprovou por ampla maioria. Então não cabe agora arrependimento. Nós temos que regulamentar essa lei.

Eu vejo, senhores e senhoras, que a maior discussão que restou é uma discussão que, honestamente, Ver. Cecchim, eu entendo superada. A discussão é sobre se os Procuradores do Município serão ou não submetidos à regra geral estabelecida na legislação que vincula todos os funcionários do Município. Serão! Serão por quê? Da nossa negociação, surgiu a Mensagem Retificativa que retirou explicitamente o art. 13,

que se pretende ver revogado. Então, não há mais por que falar nisso. Não há que se falar em teto! O teto está colocado na lei municipal referida pelo Ver. Idenir Cecchim, e, por conseguinte, qualquer manifestação nesse sentido é inócua, é inconsequente, não tem razão de ser. Ver. Paulinho Rubem Berta, que está aqui substituindo o Ver. Dinho, este projeto eu vou votar aqui em responsabilidade aos meus vários anos de exercício de Vereança no Município de Porto Alegre, esclarecendo que tenho algumas coisas em comum com o Ver. Idenir Cecchim, entre as quais que eu sou um dos miseráveis aposentados pela Previdência Social, como celetista. Se eu tenho uma aposentadoria um pouco melhor, foi porque fiz, na forma da lei, uma aposentadoria complementar, porque, de resto, eu estaria sendo submetido a esta tortura que os aposentados brasileiros estão sofrendo.

Ver. Villela, que foi o meu Prefeito, homem por quem tenho um carinho muito grande, V. Exa. me conhece, sabe que eu não viria recomendar um projeto se não tivesse esmiuçado esse projeto, discutido horas e horas, corrigido em várias oportunidades. Eu posso afirmar para todos que a emenda do Ver. Cecchim é inócua, é desnecessária, já está retirada a razão que teria dentro do projeto pela Mensagem Retificativa encaminhada pelo Sr. Prefeito Municipal! Não há mais que se falar nisso! (Palmas.) Isso é ponto encerrado, senhores! No projeto não há nada que fale em teto. E, se não está no projeto, é porque não tem que falar! Está colocando na lei específica de que trata esta matéria e vale para todos os servidores do Município! (Palmas.) Aqui ou acolá, há pessoas que burlam esse teto – é outro departamento. A lei não fala em teto. A Mensagem Retificativa explicitamente suprime o art. 13, que falava do teto. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sr. Presidente, por isso quero, neste momento, com o maior respeito a um dos Vereadores cuja coexistência ideológica mais me aproximo nesta Casa, que é o Ver. Idenir Cecchim... Aprovada a Mensagem Retificativa, não há que se preocupar mais com esse assunto! É assunto apagado! A lei não fala em teto, nem tem que falar em teto! O teto já está colocado na lei específica! Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna, *ab initio*, para declarar meu voto favorável a este projeto. (Palmas.) Isto porque considero que a Procuradoria-Geral do Município é um órgão respeitável. Fui Prefeito de Porto Alegre, a Procuradoria, no meu tempo, era formada por 11 Procuradores e prestou um inestimável trabalho relacionado a diversas atividades, em especial às desapropriações decorrentes dos corredores de transporte. E mais: a Procuradoria ensinou o DAER, que não tinha experiência em desapropriações urbanas, em fazendo a desapropriação do prolongamento da Av. Bento Gonçalves até Viamão. E eram 11 Procuradores, a Procuradoria é um órgão respeitável. Claro, quando chegou esse projeto, tive algumas dúvidas, que foram expostas para o meu Líder Kevin Krieger, para o Reginaldo Pujol, que se relacionavam com o horário livre, com a advocacia privada, com orçamento próprio – eu me preocupei muito com isso –, mas são itens que foram superados com o aperfeiçoamento decorrente de um diálogo. Por que houve esse diálogo? Porque a Procuradoria é um órgão respeitável. Longe de mim ter pensado no que diz respeito aos procuradores regionais, que iria se estabelecer alguma coisa como mando paralelo aos titulares das secretarias. Não, isso também foi corrigido. Mas eu cheguei a pensar seriamente que haveria problemas nesse sentido. E me permitam que faça menção aqui ao que se chama Geheime Staatspolizei: Schwarze Hemden, são “os camisas pretas”, aqueles que, num exército inimigo, a hierarquia era quebrada. Por isso, entretanto, como é um órgão respeitável, isso foi gradativamente sendo corrigido. Claro que me preocupei, de início, com uma nota feita pela Procuradoria Municipal, enfraquecida, dizia, e a pergunta é: alguém quer dificultar o combate à corrupção? Longe de mim pensar nisso aqui. Simplesmente a nota não foi nota dez, mas isso aqui é superado. Deixemos que a história faça história. Estou apresentando duas emendas que complementam ou esclarecem a função do Procurador Regional e que vou ler ligeiramente aqui. A Mensagem Retificativa à Emenda nº 01 diz que a Procuradoria-Geral do Município deverá assegurar, é isso que está na Mensagem Retificativa, o atendimento jurídico de todas as Secretarias Municipais, por meio de Procuradoria setoriais com atribuições conforme o parágrafo 2º, do art. 7º da Lei Complementar nº 701, de 2012, de assessoramento e consultorias jurídicas limitadas a prerrogativas da titularidade dos Secretários Municipais diante de decisões pertinentes a ações

desempenhadas pelo órgão. Titular é titular. Ainda segunda, dizia a respeito ao que constava na Mensagem Retificativa de que os titulares das secretarias e autarquias irão se manifestar quanto à designação dos procuradores do Município para a chefia das procuradorias referentes a este artigo. Isso já foi corrigido. O que acrescentei foi apenas quanto à sua permanência no órgão, para evitar o conflito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Guilherme Socias Villela prossegue a sua manifestação de discussão do PLE nº 023/15, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Ver. João Carlos Nedel, vou ser breve. Ralf Dahrendorf muito discutiu, muito esboçou teorias relacionadas com os conflitos. Longe de mim dizer que, como eu disse em alemão, que haveria conflitos com os “capas pretas” ou “capas negras”. Apenas para evitar conflitos que são da natureza e da dimensão humana, estou acrescentando esse artigo quanto à permanência nos órgãos.

Presidente, apesar de ter um pouco mais de tempo, eu quero dizer aqui que, se alguma coisa foi mal entendida ou mal compreendida em algum pronunciamento meu, eu peço desculpas. Por que eu peço desculpas, inclusive, à Dra. Cristiane da Costa Nery? Peço desculpas porque a Procuradoria é um órgão respeitado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde. Ver. Idenir Cecchim, o microfone está à sua disposição para aparte, que se deve, possivelmente, pelo pronunciamento do nosso querido Ver. Reginaldo Pujol.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Bernardino. Eu fiquei preocupado com o entusiasmo do Ver. Pujol, com a defesa de não ter teto, o que é uma imoralidade. Eu nunca imaginei que o meu querido amigo Ver. Pujol não aceitasse teto no setor público, dizendo que “quem está, está; quem não está,

não está”. Por que não querem a emenda, então, se já está? Por quê? Por que não explica isso, Ver. Pujol? Se está tudo bem, por que não explica isso, se está no projeto? Não explica porque não tem explicação! Aqui parece vaquinha de presépio! E não é assim! Eu sempre o respeitei, mas isso de dizer que está e que não tem que se discutir não é verdade! O senhor errou! O senhor errou ou se enganou, prefiro dizer que o senhor se enganou, mas foi mal, foi muito mal, Vereador! Dizer que o que está, está, e que não tem que se discutir... Tem que se discutir! Cada vez o senhor me dá mais razão, que tenho que discutir, porque tem gato nesse telhado! Tem gato nesse telhado! Não querem discutir porque tem problema! É por isso, tem problema. Ver. Bernardino, muito obrigado.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vou repetir o que eu disse só em uma frase: sou favorável ao teto único para o setor público e também para o setor privado.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCO: Obrigado. Vereador, o senhor não entende nada de setor privado. Absolutamente nada! O senhor é professor, o senhor entende de órgão público, de setor público, e eu o admiro por isso; do setor privado o senhor não conhece nada. E o senhor é honesto, e o cumprimento por isso também.

O Sr. Dr. Thiago: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, eu quero responder aqui, carinhosamente, ao Ver. Idenir Cecchim. É inconstitucional a emenda dele, ela tem vício de origem. Isso está claro e pacificado.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Mas a minha dificuldade, pode até ter vício, ela é de indignação. Vou voltar a mostrar. (Mostra fotos.) Olhem aqui. Ver. Reginado Pujol, V. Exa. tem a minha admiração hoje. Na semana passada, nós estávamos com uma dificuldade, mas hoje o senhor tem a minha admiração. É, velhos companheiros, exatamente. Olha só, isso aqui foi envelopado, não sei em que ano. Este aqui o senhor conhece, este aqui é da época do Getúlio Vargas, me parece. Aí não fizeram nada. Aí trocaram o envelope; está aqui. Logo depois, botaram outro fardamento nele. Olha aqui. E aí vai, passam os anos. Se eu reclamo para o Prefeito, ele diz que isso está na Procuradoria. Aí nós, Vereadores, nos reunimos aqui e fizemos uma movimentação com o

Ministério Público, com a Caixa Econômica. E tudo está do mesmo jeito! Tudo está como estava, quando eu aqui cheguei. Este faz 60 anos, Vereador! (Mostra documento.) Sessenta anos que está assim no Centro de Porto Alegre! E os senhores trabalham lá ao lado! Todos os dias... Está lá esta paisagem. E nada, nada, absolutamente nada foi feito até hoje. É uma forma de protestar? É. Eu aproveitei este momento? Sim! Sabe por quê? Porque eu não tenho mais o que dizer ao povo quando sou cobrado nas ruas de Porto Alegre. Desculpem-me, desculpem-me.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Procuradora-Geral, Dra. Cristiane Nery, demais Procuradores aqui presentes, e dizer que, depois de três anos aqui na Casa, esta é uma tarde inusitada. Vejam bem, o projeto é da base do Governo, chega aqui e tem todas essas divergências e emendas! Por que isso? Porque o projeto não foi bem discutido. Se tivesse sido bem discutido, não estaria aqui toda essa celeuma da base do Governo.

Eu quero dizer que sou do Partido da base do Governo, não tenho cargo no Governo, então as minhas posições são de acordo com a minha consciência. Eu vou votar, sim, pela valorização dos Procuradores, porque eu sou auditora, sei bem da importância da captação de recursos por bons trabalhos desenvolvidos, sei bem o acúmulo de trabalho que tem. Mas também nós temos que pensar o seguinte: pela avaliação dos resultados da Prefeitura, nós sabemos que a fundação da previdência municipal não tem bons resultados para os próximos 20 anos. Assim como outras fundações de outros municípios, e as privadas também têm algumas que estão balançando, porque nós estamos num outro contexto, porque os recursos arrecadados nem sempre conseguirão cobrir todas as folhas de pagamento. Isso está acontecendo no Estado e poderá acontecer em outros locais. Então há essa preocupação sim do futuro para todos os municipais, mas a minha valorização aos profissionais aqui, desde o início, é a equipe que eu falei, que já foi discutido na CCJ também o projeto de vocês, depois, teve a Mensagem Retificativa. Então, essa é minha posição, mas estou vendo todas essas divergências aqui da base do

Governo, que não é motivo nem para ficar braba, é motivo até para rir um pouco – não é, Ver. Ferronato? Então, era isso que eu queria dizer aqui. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLE nº 023/15.

O SR. KEVIN KRIEGER: Quase boa noite já, queria me dirigir ao Ver. Idenir Cecchim. Houve dois momentos que eu prestei bastante atenção em sua manifestação, nessa última, principalmente, sobre a questão da discussão e do debate. Estamos a tarde inteira debatendo e discutindo esse projeto. Então, não pode-se dizer que não houve debate ou não houve discussão. O projeto já está, há cinco meses, nesta Casa, desde do dia 11 de agosto de 2015 – agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, são cinco meses, tempo suficiente para que nós pudéssemos analisar.

Eu também queria fazer uma colocação referendando a fala do Ver. Reginaldo Pujol, quando muito bem disse do tempo e do trabalho que nós fizemos nesses últimos 45 dias. Desde o dia 11 de novembro que estamos empenhados em qualificar o projeto da Procuradoria-Geral do Município. Inclusive, Procuradora-Geral, Cristiane Nery, muitas vezes, contrariando, inclusive, alguns Procuradores que entendiam que não deveria haver nenhuma modificação no projeto. Mas, ao longo desses 45 dias, eu acredito muito na construção que nós fizemos, Ver. Mario Manfro, porque foram 45 dias intensos de trabalho, onde nós conseguimos superar grandes problemas, começando por suprimir da lei o teto do Supremo Tribunal Federal, a Mensagem Retificativa que suprime a lei aprovada anteriormente que dizia do teto do Supremo Tribunal Federal. O teto que fica é o mesmo teto para todos os servidores, Ver.^a Sofia Cavedon, há uma lei municipal que diz isso. Outra fala do Ver. Cecchim com a qual eu concordo plenamente é quando ele diz que o Procurador tem que ganhar bem. Eu disse para os Procuradores que estiveram junto conosco, na discussão, que o que melhor tem que ganhar é aquele que vai advogar só para o Município de Porto Alegre. Essa foi uma das nossas lutas, uma luta de todos os Vereadores da base. Aquele Procurador que se dedicar exclusivamente ao Município merece ser bem remunerado, este merece mais do que todos os servidores públicos concursados que não fizeram o regime de tempo integral, de dedicação exclusiva. E foi

essa a nossa grande luta, de retomar o mesmo regime para todos os servidores públicos. Sem falar em outras situações que foram construídas a pedido de vários Vereadores desta Casa. Então, eu queria agradecer a todos os Vereadores, Ver. Elizandro, por continuarem na Sessão, porque a Câmara de Vereadores de Porto Alegre está dando exemplo não só no final do ano, mas ao longo do ano, encarando e enfrentando diversos temas complexos. A nossa Bancada do PP vai votar unida, e aqui faço um agradecimento ao nosso ex-Prefeito, Ver. Villela, que foi importantíssimo nesse processo, em que fez a Procuradoria-Geral do Município, a pedido do Prefeito Fortunati, construiu um grupo de trabalho conosco para fazermos todas as modificações e as melhorias. Muito pela sua intervenção, muito pela sua pessoa e pela sua assessoria que sentou e analisou o projeto de lei que veio para esta Casa, e nos ajudou a fazer alguns apontamentos e algumas sugestões. Por isso, Ver. Villela, já quero aproveitar e fazer um pedido ao senhor: concorra novamente a vereador desta Casa, porque o senhor vai fazer muita falta se não for reeleito. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, solicitando a retirada do destaque das Subemendas nº 01 e nº 02 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 023/15. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 023/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que aqui não precisa verberar nada. Eu falo aqui, certamente, não para a plateia interna, eu falo para aqueles professores, Ver.^a Sofia Cavedon; para aqueles médicos também – não aqueles que têm um teto alto, que têm três ou quatro consultórios e mais dois empregos públicos, não esses; para aqueles médicos que trabalham como loucos para salvar vidas – o Ver. Dr. Goulart, o Ver. Dr. Raul – o Ver. Dr. Thiago parece que é o marajá da turma pelo trabalho também; o Ver. Carlos Casartelli me confessou que passa do teto, então, eu o estou poupando disso. Eu acho que os engenheiros da SMOV, engenheiros e arquitetos da SMURB, do Escritório de Aprovação de Projetos, estão

escutando e se perguntando: por que eles? Por que só eles? E nós? E nós, Ver. Dr. Cristaldo? Por que só alguns privilegiados? E nós, servidores do DMLU, servidores da saúde? O Ver. Dr. Thiago vem aqui defender os que ganham mais, os que ganham menos não. Eles estão olhando, estão assistindo! Eu não sei por que o Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – não está aqui, mas estão assistindo. E estão perguntando para o Secretário de Administração que dividiu em três vezes o reajuste da inflação, Dr. Elói. Repôs a inflação, em três vezes, para os pequenos, e V. Exa. está aqui advogando um teto maior do que o do Prefeito! Por que isso? O senhor vai ter que explicar para o Simpa e para todos esses funcionários públicos. E a Procuradoria também vai ter que negociar junto isso. Por que, Procuradoria? E por que não nós? Nós, que eu digo, são aqueles que estão assistindo, ali fora. Por que nós não? Olhem todos vocês que são atendidos pelo Dr. Thiago durante o expediente, lá na Zona Sul. Olhem todos vocês! Todos merecem ser atendidos, sim, a qualquer horário. Todos merecem, mas todos os enfermeiros, os maqueiros da SAMU, todos têm o mesmo direito de reclamar a sua reposição salarial, e não passar de R\$ 1.900,00 para R\$ 5 mil; de R\$ 11 mil para R\$ 17 mil; de R\$ 17 mil sei lá para quanto! Porque, segundo o Dr. Pujol, não precisa de teto, porque o teto está estabelecido. Estabelecido por quem, Ver. Pujol? Por quem está estabelecido? Pelo Supremo? Pelo projeto dos Procuradores, que queriam 90% do que ganha um Ministro do Supremo? É este o teto que o senhor quer? É este? Então, diga para a população aí fora. Vá lá dizer na Restinga que o senhor não quer um teto para uns e quer um teto para quem trabalha lá. Para quem trabalha de fiscal da SMIC, da Saúde, da SMOV, que estavam aqui esses dias pedindo para que fosse votada uma emenda. E a mesma base que está defendendo os Procuradores hoje, aqui, estava contra! É para essas pessoas que eu falo aqui. Eu estou fazendo a minha obrigação. Falo para essas pessoas que estão na rua, que estão assistindo e que vão assistir ao repeteço desta Sessão em muitos lugares. Vão assistir e vão cobrar. Cada Vereador que veio aqui fazer média, cada Vereador que veio aqui e falou a verdade, porque nem todos os que são a favor fizeram média. Ver. Kevin Krieger, V. Exa. é um exemplo. Mas tem muitos que vieram aqui para fazer média. Acenam com o chapéu dos outros. Só que este chapéu dos outros é o dinheiro público, Dr. Thiago, que V. Exa. não cuida nunca. V. Exa. gosta de queimar dinheiro público. É isso que V. Exa. faz em vez de cuidar bem dos seus clientes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 023/15.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, no mundo jurídico, a gente diz “com a devida vênia”. Quando o debate esquenta, a gente passa a chamar de “Vossa Excelência”. Caros colegas, peço um minutinho aqui, acho importante. Não sei se tem discussão de CC no meio, mas espero que não. Está certo, estão todos respondendo, e eu agradeço a Vossa Excelência. Eu acho que a discussão aqui é bastante séria.

Eu já me manifestei antes: as carreiras jurídicas estão corroendo o País. Temos o Judiciário e o Ministério Público mais caros do mundo: 2,5% do PIB vão para Ministério Público e Judiciário, sem contar as procuradorias. E um vai puxando o outro. As carreiras jurídicas têm, sim, responsabilidade nisso; assim como delegados, procuradores, Ministério Público, Defensoria. Nós temos a responsabilidade, sim; nós detemos o poder da fala, o poder do Direito, mas esse poder não pode ser usado para criar vantagem em cima de vantagem. Em 1988, a população brasileira definiu que deveria existir um teto neste País, Ver. Cecchim, um teto do Poder Público; mas, como várias outras promessas conquistadas na Constituição, o teto foi sendo corroído e, hoje, virou piso dentro do Poder Público. O teto, quando se fala em carreira jurídica, Ver. Ferronato, virou piso. Eu quero ver ir à Procuradoria do Estado e achar um que ganhe menos do que o Governador. Quero ver! Pode abrir o *site* onde estão os salários: todos ganham mais. Falo de lá porque a situação é mais grave. Hoje, tem gente ganhando R\$ 70 mil; e aí de quem tente mexer! Só que eu não quero que Porto Alegre vire o que o Rio Grande do Sul virou! E o meu compromisso hoje não é com os senhores, é com as gerações, daqui a 30, 40 anos, que não pensaram, lá atrás, no Rio Grande do Sul.

Se tem piso na Constituição, o piso tem que valer; e nós temos que começar hoje a mudar essa cultura. E, quanto a não ter em outras áreas, nós, do Partido dos Trabalhadores, neste plenário lotado, votamos contra os fiscais. Nós votamos contra o projeto deles, porque dissemos que só criava privilégios. Aliás, isso é o que este Governo sabe fazer muito bem! Fala mansinho quando são os de cima; quando é com o Simpa,

não está nem aí, vira as costas e faz o que o Ver. Cecchim já falou. Essa é uma concepção, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, que vocês têm; vocês não têm respeito pelos de baixo.

Todos gostam de falar muito da qualidade da educação: “Ah, porque se a educação melhorar...”. Nós estamos debatendo a qualidade da educação, porque quem tinha que ganhar o teto era o professor, que é a carreira mais importante que qualquer cidade pode ter. E, aqui em Porto Alegre, estão muito longe do piso. Então acho que é uma discussão muito importante. Nós vamos ao Ministério Público. Quero ser justo com os procuradores, que exigiram isonomia quanto ao que nós estamos defendendo. Se o piso é para nós, tem que valer para todos. Nós decidimos, Ver.^a Sofia, Ver. Sgarbossa, Ver. Mauro e Ver. Comassetto, e vamos ao Ministério Público para que o piso – o teto que virou piso – seja cumprido em todas as carreiras, em Porto Alegre, a partir de agora. Nós vamos lá exigir, sim!

Eu sei que é comum, tem gente que tem três, quatro, cinco profissões. Eu defendo, Ver. Dr. Thiago, que as carreiras... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, eu defendo que as carreiras médicas tenham uma carreira de Estado, também, mas que nenhuma carreira se torne um privilégio. E, hoje, nas carreiras jurídicas, uma puxa a outra. Não há razão nenhuma para vincular o salário dos senhores ao salário do Supremo Tribunal Federal, em que, aliás, ninguém pode mexer. Manda para o Congresso e tem que aprovar... Sobre isso ninguém fala! No Judiciário e nas carreiras jurídicas, ninguém questiona quando tem aumento salarial. Então, é um debate, e acho que a política serve, sim, para fazer esse debate de futuro. É fácil defender privilégios aqui, quando a imensa maioria dos servidores de Porto Alegre ganha R\$ 2 mil para fazer um trabalho tão importante quanto o de cada um dos senhores!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 023/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o art. 77 da Lei nº 6.309, atualizada em 2001, diz, textualmente (Lê.): “Nenhum servidor ou

funcionário do Município de Porto Alegre, poderá perceber, a qualquer título, remuneração total ou superior a percebida pelo Prefeito Municipal” – nenhum, Ver. Tarciso, nem mesmo os Procuradores do Município.

Dizer que eu não quero teto é falsear com os quadros que estão ocorrendo na Casa e com o que está sendo dito. Eu estou dizendo que, na lei, não existe fixação de teto. O que se tentou colocar foi retirado pela Mensagem Retificativa, por ação da base do Governo, do Ver. Kevin Krieger e de vários outros colaboradores, nesse sentido. Então, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aprovada ou não a emenda de autoria do Ver. Idenir Cecchim, nenhum servidor ou funcionário do Município de Porto Alegre poderá perceber, a qualquer título, remuneração total superior à percebida pelo Prefeito Municipal, independentemente da votação. O que se quer? Nós queremos dizer que, hoje, estamos aqui salvando a Pátria? Não! Isso está escrito na lei; vigora, há muito tempo, e vai continuar vigorando. Por que escrever de novo? Para fazer média? Querem fazer média com a opinião pública? Eu fui acusado de vir à tribuna para fazer média com quem? Eu estou trabalhando em cima dos fatos, da lei, do trabalho, das coisas que foram feitas até o presente momento. Ora, eu não preciso desse protagonismo de entrar para a história como o salvador da Pátria. Acho que eu não vou me colocar numa farsa de passar para a opinião pública que eu estou colocando alguma coisa que já foi colocada na lei há muito tempo. É algo amplo, e não pontual de quem quer fazer média com a opinião pública.

Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, para quem tiver oportunidade de estar me ouvindo neste momento, eu repito: esta emenda é *deficienda*, é desnecessária, porque isso já está escrito na lei. A gente pode acertar, então, depois, outra forma de homenagear o Ver. Cecchim pela grande batalha que ele fez. Ele quer que se tenha um teto e que esse teto seja a remuneração do Prefeito. Isso já foi escrito na lei, há muito tempo, e tem que ser respeitado!

Quando nós achamos que alguma coisa poderia ir ao contrário, nós discutimos e acertamos a retirada dessa disposição, que era o art. 13, que seria prejudicado pela emenda do Ver. Cecchim. Não existe mais! A Emenda Retificativa retirou, não está mais no projeto! Ver. Villela, não se discute mais esse assunto. Eu quero que o teto seja respeitado, e o teto é aquele, Ver. Raul, que, há muito tempo, foi escrito no art. 77 da Lei nº 6.309, devidamente atualizada no ano de 2001. Por isso, Sr. Presidente, eu, com toda

tranquilidade, com todo respeito, carinho e apreço que eu tenho pelo Ver. Cecchim...
(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria desta Presidência, solicitando a prorrogação da Sessão por duas horas. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria desta Presidência.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu acho, Sr. Presidente, que muitos podem imaginar que eu estou com poucos argumentos para não aceitar essa prorrogação. Eu acho que nós já discutimos muito. V. Exa. deu um aparte, Ver. Bernardino, e todos já discutiram a respeito. Por que fazer uma Sessão Extraordinária numa segunda-feira à noite? Amanhã é outro dia! Segunda-feira é outro dia para votar! Por que nós vamos fazer correndo outra Sessão aqui? Eu convido a todos a votarem “não” à prorrogação da Sessão. Nós não vamos ficar aqui até as 22h30min. Qual é o motivo para fazermos isso? Qual é a sangria? Ou vão me dizer que é muito mais importante votarmos esse projeto do que votarmos um projeto para o Pronto Socorro, para a construção de mais algumas casas populares, para fazer com que, na UPA da Zona Norte, as pessoas não precisem ficar oito horas na fila para uma simples consulta, Ver. Janta?

Eu quero fazer a pergunta aos meus amigos Vereadores: o que é mais importante nesta Cidade? Fazer Sessão Extraordinária, prorrogar uma Sessão para votar um projeto que não é urgente? Acho que não. Acho que não está na hora de fazermos aqui pedido de prorrogação de Sessão. Eu acho que todos vão pedir votação nominal, mas não há motivo. O tempo da Sessão já está encerrando; quando eu terminar de falar aqui, não haverá mais tempo de ser prorrogada. Por isso, eu disse que não haveria necessidade de ter muitos argumentos aqui, porque encerrou a Sessão. Passando das 18h45min, não dará tempo nem sequer de fazer a votação. Eu convido os meus queridos Vereadores para, segunda-feira, a gente votar. Vamos votar este projeto e estas emendas na segunda-feira. Agora, a Sessão está encerrada. Ainda temos 1min47s de fala, e o Regimento diz que às 18h45min a Sessão encerra. Nem sequer para a votação nós temos tempo.

O Ver. Dr. Thiago está nervoso. Ver. Dr. Thiago, não tem nenhuma cirurgia para o senhor fazer hoje? Nenhum parto? Nenhum? O senhor, que já operou vários, opera muito bem lá no Instituto Médico Legal também. Fique tranquilo. Os Vereadores hoje já cumpriram com a sua tarefa durante a tarde toda, e, na segunda-feira, nós voltaremos à votação. Não há mais necessidade de quórum, porque cumprimos com a obrigação hoje, Ver. Villela, ficamos aqui até o final da Sessão. Agora são 18h45min, já passou o tempo, e tudo o que se fizer, de agora em diante, é em cima da perna para votar um projeto que não tem pressa, que é desnecessário e prejudicial à Cidade e ao Município de Porto Alegre.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Como nós encaminhamos o Requerimento antes do término da Sessão, continuaremos encaminhando.

A Sra. Sofia Cavedon (Questão de Ordem): Com base em que artigo do Regimento é possível prorrogar a Sessão sem que isso seja feito formalmente?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Nós temos um Requerimento que diz que estamos pedindo a prorrogação da Sessão. Como abrimos antes do término o pedido de encaminhamento, nós vamos encerrar esse encaminhamento. No final dos encaminhamentos, nós votaremos e, se forem aprovadas as duas horas, continuaremos, se não, estará encerrada a Sessão.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar Requerimento de autoria desta Presidência.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas Procuradores, eu não sou favorável à extensão da Sessão por vários motivos. O primeiro deles, porque é muito ruim, mais uma vez, votar projetos dessa natureza ao final do ano. E lembro do final do ano passado, um final de ano dramático, quando os municipais tiveram que lotar as galerias para defender a sua carreira que, mais uma vez, está em cheque pela posição do Ministério Público – mais uma vez! E, lamentavelmente, o que a categoria municipal tem, todo o final de ano, é um desrespeito à sua vida, à sua posição, ao seu direito de opinar sobre os gastos públicos, sobre o Orçamento público e, principalmente, sobre a

forma de trabalhar esse Orçamento e o limite de gastos com o pessoal que existe para todos os Municípios, para o Município de Porto Alegre. Então, neste momento de fim de ano, não tem possibilidade de os municipais e municipais estarem aqui, estão eles terminando seus trabalhos, seu ano letivo, etc. E o Sindicato dos Municipais se manifestou a cada um dos Vereadores e Vereadoras, eu recebi nominalmente. A diretoria do Sindicato dos Municipais manifesta-se contrária ao Projeto nº 023/15, que regulamenta a Lei Complementar nº 701/12. (Lê.): “Consideramos esse PL um ataque à isonomia salarial entre os servidores públicos de Porto Alegre, podendo gerar graves prejuízos aos cofres públicos pelo volume de recursos orçamentários que demandará. Lamentamos que o Prefeito José Fortunati, mais uma vez, protagonize uma iniciativa para aumentar a remuneração de servidores com altos salários, criando benefícios que afrontam as normas que regem as carreiras dos demais servidores. Não podemos aceitar um projeto dessa monta, quando os demais servidores foram submetidos à reposição parcelada da inflação sendo que o Governo ainda nem quitou as últimas duas parcelas do seu débito com a categoria. Também ressaltamos o grave momento que a categoria vive desde que tomou conhecimento da manifestação da Justiça, que questiona a Lei nº 11.922, de 23 de setembro de 2015. E a Lei Complementar nº 768, de setembro de 2015 – efeito cascata, votadas nesta Casa. Entendemos que a solução desse problema deve ser para todos os servidores municipais e não apenas aos procuradores. Frente ao exposto, solicitamos que o PL nº 28 não seja aprovado.”

Todos os Vereadores e Vereadoras receberam esta manifestação da representação do conjunto da categoria, e a Presidência da Casa também. Amanhã, de manhã, às 9h30min, está marcada uma reunião com a direção do Sindicato dos Municipais, que pede a esta Casa e ao Prefeito Municipal a principalidade de tratar do tema geral aos municipais, que é o tema do efeito cascata mais uma vez. Mais uma vez a nossa carreira é questionada, a nossa carreira está em risco; há possibilidade de perda de 30% dos salários, há insegurança jurídica. É lamentável que a base do Governo, a sua maioria, ressaltando aqui o mérito da coerência, da clareza com que se posiciona o Ver. Cecchim, se empenha na solução de uma carreira enquanto as demais estão nesse alto risco, enquanto a representação da categoria se posiciona contrária a este encaminhamento. É lamentável que, mais uma vez, o Município de Porto Alegre, o gestor da cidade de Porto Alegre, priorize agudizar, verticalizar a matriz salarial dos municipais. Verticalizar essa

matriz é ruim para todos e todas, é ruim para os mais altos e para os mais baixos salários, e a maioria da categoria municipal se quer recuperou o desgaste que teve no seu salário com a inflação. É lamentável esse tipo de escolha, nós não concordamos. Quero dizer que eu considero questionável a legalidade de qualquer votação sem haver a formal prorrogação da Sessão. Em minha opinião, a Sessão está encerrada, foi encerrada às 18h45min. Não houve votação anterior a isso, e isso pode tornar nula a votação que fizemos na sequência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria desta Presidência.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Cada um, na sociedade, tem o seu papel. Aqui, nós não somos professores, médicos ou advogados, somos Vereadores; e, aos Vereadores, cabe discutir e votar. Nós não terminamos a discussão e não votamos; portanto, sou a favor da continuação da Sessão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria desta Presidência.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, se eu não engano, trata-se do art. 245 do Regimento. É a prorrogação do que está acontecendo. Foi, sim, em tempo hábil.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria desta Presidência.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero dizer que, além do processo, para nós, chega hoje, pela manhã, aquela tabela que faz o comparativo entre o projeto original e a mensagem retificativa. Então, neste momento, nós conhecemos a mensagem retificativa, e esmiuçamos as diferenças entre o texto original e o texto na mensagem retificativa.

Eu estou encaminhando contra, na linha da Ver.^a Sofia, a prorrogação da Sessão. Primeiro, porque segue na linha de que estamos aqui conhecendo, neste momento, a mensagem retificativa, e faremos uma Sessão... Quero lembrar que, hoje, pela manhã, já fizemos uma Sessão Extraordinária, e acredito que o Governo, pelo menos parte do Governo que está favorável ao projeto, percebeu que tem quórum para votar. Então vejam: hoje, pela manhã, já fizemos uma Sessão Extraordinária. O Governo poderia ter dado acordo, então, se esse era o projeto, Ver. Kevin. Poderíamos ter iniciado a discussão hoje pela manhã – já teríamos, inclusive, votado –, mas, agora, estamos entrando em outra Extraordinária, e quero dizer aqui que cada um de nós tem agenda, somos pagos para estar aqui, mas também há uma programação. Neste exato momento, está acontecendo uma manifestação contra o golpe, em favor da democracia, em que nós estamos ausentes. Inclusive havia uma combinação de que, pelas 17h30min, terminaríamos a Sessão. Estamos nos mantendo aqui pela relevância do tema, pela presença dos Procuradores e Procuradoras, mas acho que aí começa o exagero de, primeiro, não ser coerente com o que aconteceu ao longo do dia todo. Começamos às 9h30min, bastava o Governo ter dado acordo para ser no início da tarde o primeiro projeto. Não foi o que fez! Deixou que ficasse na oitava posição e, agora, nos requer concordância para continuar em uma Sessão Extraordinária. Então, é o cúmulo da incoerência! Por que não deu acordo para puxar o projeto e este ser o primeiro da Sessão de hoje? Não o fez, e agora quer uma Sessão Extraordinária. Então, desculpem-me, é muito atropelo, é muita incoerência ao longo do próprio dia, que iniciou extraordinariamente, hoje, às 9h30min. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon (Questão de Ordem): Vereador-Presidente, eu tenho uma Questão de Ordem. O artigo que dispõe sobre a prorrogação da Sessão é explícito, ele define claramente, no seu parágrafo único, em que situações a Sessão pode continuar independente da prorrogação. E define no *caput* claramente – e vou pedir a gentileza de V.Exa. para ler, porque não estou com o texto – que a Sessão deverá ser prorrogada através de requerimento aprovado. Então, a minha compreensão é de que, uma vez que não foi aprovado em tempo hábil, somente período de Comunicações e Grande Expediente poderia seguir. Gostaria que V. Exa. se posicionasse sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Essa é a sua interpretação. A interpretação que faço é de que o Requerimento foi feito de forma tempestiva, antes de terminar a Sessão. A Sessão ainda não foi prorrogada, nós estamos debatendo um Requerimento de extensão ou não, então, ela não encerrou ainda. Muito obrigado, Vereadora.

Em votação nominal, solicitada por este Presidente, o Requerimento de autoria da Presidência que solicita a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

A Sessão será prorrogada por mais duas horas. (Palmas.)

O Sr. Idenir Cecchim: Só quero deixar consignado que foi aprovada a prorrogação às 19h03min.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereador. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 023/15.

O SR. DR. THIAGO: Eu serei bem rápido. Existem alguns pontos que nós, como servidores públicos, como homens públicos, não podemos deixar passar em branco. Média com o projeto quem está fazendo é o Vereador autor da emenda, porque, pelo jeito, ele é do Executivo! Pelo jeito, ele é do Prefeito! E nessa matéria, Ver. Cecchim, nem nós, nem o Prefeito estamos sendo irresponsáveis! A fala fácil, a fala demagógica é exatamente esta: jogar para a torcida. E é a torcida que sabemos que não é essa que está aqui, é a torcida que está lá fora. Mas isso tudo é em função do Estado mínimo. Eu não posso acreditar que alguns partidos progressistas – que se dizem progressistas, que se dizem a favor do Estado como forma de garantir a justiça social – votem contra as carreiras de estado!

Para finalizar, tenho muita tranquilidade para dizer que os problemas da Nação não são os salários que estão ruindo o País. Não são os salários! São os ladrões que estão ruindo o País! São os empreiteiros que estão ruindo o País! Somos nós, políticos, que corrompem este País! Não são os salários dos servidores públicos dignos, não são esses. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Kevin Krieger e Bernardino Vendruscolo, a Emenda nº 02 ao PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Subemenda nº 04 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Fica prejudicada a Emenda nº 01 ao PLE nº 023/15.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa ao PLL nº 023/15. (Pausa.)

O Sr. Idenir Cecchim: Só para perguntar se não vai fazer falta esses R\$ 800,00 que baixaram. Porque se fizer muita falta, a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, a Subemenda nº 02 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 5 **NÃO**.

O Sr. Idenir Cecchim: Só para fazer justiça, pedir desculpas aos Procuradores, porque não são R\$ 800,00, são R\$ 740,00.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, a Subemenda nº 03 à Mensagem Retificativa ao PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLE nº 023/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLE nº 023/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

O Sr. Reginaldo Pujol: É visível a falta de quórum, Sr. Presidente.

A Sra. Sofia Cavedon: Presidente, a nossa bancada não dá quórum para continuar, porque consideramos que é nula qualquer votação posterior às 18h45min.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora.

O Sr. Dr. Raul Fraga: Apenas para registrar, Presidente, o próximo projeto é de minha autoria, e, se possível, eu gostaria que se iniciasse a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 237/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 237/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 237/14.

Em discussão o PLL nº 237/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Emenda nº 01 ao PLL nº 237/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 7 votos **SIM**. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h36min.)